

CF
R MR



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

ATA N.º 4

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte seis, pelas vinte e uma horas, sob a presidência de Mara Luísa Bilro da Rosa e secretariada por Rui Miguel Soares Coelho e Cristina Isabel Correia Franco da Silva, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Armação de Pêra, na Sala Polivalente da Junta de Freguesia, sito na Rua Bartolomeu Dias, em Armação de Pêra, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Período de audiência ao público;-----
- 2. Período antes da ordem do dia:-----
 - 2.1. Diversos;-----
- 3. Período da ordem do dia: -----
 - 3.1. Informação sobre atividades desenvolvidas pela Freguesia de janeiro a março de 2026-----
 - 3.2. Análise e deliberação da Conta de Gerência 2025;-----
 - 3.3. Informação da Execução Orçamental de janeiro a março de 2026;-----
 - 3.4. Informação do Inventário do Património (microentidades);-----
- 4. Período depois da ordem do dia;-----
 - 4.1. Questões a colocar pelos membros da Assembleia de Freguesia ao Executivo da Junta de Freguesia:-----

Membros Presentes na Sessão: Mara Luísa Bilro da Rosa, Rui Miguel Soares Coelho, Cristina Isabel Correia Franco da Silva, André Filipe Nunes Rodrigues, Francisco José Machado Alberto, Filipe João Osório de Almeida Nunes, Ana Cristina Alves Zeferino, António José de Frias Morgado, Alexandra Ferreira Amaral, Mário Luís Martins Nobre de Oliveira e Gil Miguel Miranda Afonso;-----

Membros em Falta na sessão: Alexandre José Raimundo Carvalheiro e Sónia Sofia Duarte Rodrigues de Oliveira, substituídos por Paulo André Correia Bentes e Vânia



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

Filipa Almeida da Costa Queirós de Cardoso, respetivamente.-----

Pela Junta de Freguesia estiveram presentes, o Presidente, Bruno Miguel da Conceição Alves, a Secretária, Mariana Costa Reis Marques, o Tesoureiro, Manuel António Guedes da Costa, a 1ª vogal, Maria Margareta Morais Cardoso Batista Soares Vieira da Silva e o 2º vogal Miguel Fonseca Santos.-----

Verificada a legitimidade da convocatória e a presença de quórum legal de funcionamento, a Presidente da Mesa, deu início à sessão às vinte e uma horas.-----

Foi dada posse à membro Vânia Filipa Almeida da Costa Queirós de Cardoso, da CDU, que substituiu o membro Sónia Sofia Duarte Rodrigues de Oliveira que tinha justificado a sua ausência. Foi também dada a posse ao membro Paulo André Bentes, do PSD, que substituiu o membro Alexandre Carvalheiro que tinha justificado a sua ausência. -----

A Presidente da Assembleia de Freguesia informou que a sessão iria ser gravada para efeitos de realização da ata.-----

1. Período de Audiência ao Público: A Presidente da Assembleia questionou se alguém entre o público presente pretendia intervir na sessão, registando-se a intervenção do Sr. João Faria o qual referiu:-----

“Boa noite a todos, é a primeira vez que me dirigo à Assembleia de Freguesia eleita e aos eleitos locais resultantes da última Assembleia, queria dar os meus cumprimentos a todos e um voto de um ótimo mandato, no melhor do desempenho das vossas funções que isso é bom para a população. Tenho algumas perguntas, tendo em conta que assisti à última Assembleia de Freguesia fiquei com algumas questões inerentes à mesma. Vou começar por alguns pontos que verifico há algum tempo, queria perceber qual o ponto de situação de um processo de toponímia que decorre há quatro anos nesta Freguesia, do qual eu só tenho um misero bloco de cimento, tenho vários blocos de cimento na Quinta da Saudade, que continuam sem placa. Ainda não percebi o que vai acontecer,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

sei que comprei casa em dezembro de 2020 e continuam lá os blocos de cimento. Não sei o que é que se passa, se vai nascer uma placa ali, queria perceber como é que está o processo de toponímia e por isso pergunto à Junta de Freguesia se tem alguma informação, sabendo que isso é, normalmente, é uma competência da Câmara Municipal. Queria perceber, também, dos documentos aprovados na Câmara Municipal e no orçamento, tendo em conta que a Junta de Freguesia tem assento no Assembleia Municipal quais foram as grandes opções do plano para Armção de Pêra por parte do Município e quais são. Queria perceber, das receitas próprias da Junta de Freguesia, qual é a percentagem que é utilizada para pessoal e qual o valor inscrito no orçamento, ou a sua percentagem. Das receitas previsíveis das execuções dos contratos interadministrativos, normalmente a delegação de competências quanto desse dinheiro que vem, quanto é que está disponível para salários e quanto é que é para investimento. A pergunta é simples, relativamente a essa questão e perceberem a natureza da pergunta se há coisa que me parece que precisa de investimento é esta terra. Porque quando se olha para o espaço público e para o estado em que o espaço público se encontra, é certo que ninguém gostará de viver, como qualquer um de vocês e qualquer um de nós, num espaço, que tenha o espaço público como está, sem qualquer espécie de investimento, com sujidade, com problemas de salubridade. Portanto, queria perceber de que forma é que há intervenções, por forma a harmonizar a vila, tendo em conta que a vila, a cada coisa que se constrói faz-se um pavimento numa determinada maneira. Por exemplo, há cinco tipos de piso em vinte metros, há calçada, há de toda a maneira e feitio de pisos e, portanto, a sua manutenção também terá custos diferentes e questões diferentes, portanto, também queria perceber como é que isso decorre. Queria perceber, relativamente à limpeza dos espaços públicos, com que frequência é ela é efetuada, seja a limpeza das ruas, seja lavagem de ruas, seja a aspiração, seja recolha do lixo que é muito. Queria perceber se algum de vocês conhece alguém que alguma vez tinha sido multado por atirar uma beata para chão, eu não conheço ninguém, mas sei que há beatas espalhadas por tudo quanto é lado e que há uma ilha no Pacífico composta só de beatas e portanto, se elas não forem limpas nem aspiradas seguramente vão parar ao



oceano e nós até temos a Pedra do Valado que gostamos obviamente de preservar e de sermos um espaço que tenha atenção ao ambiente. E sobre isso, ouvi na última Assembleia também a questão da aplicação de reporte de situações. E deixem-me dizer que eu reportei e utilizei para reportar três situações, duas sobre recolha de monos ou uma de deservagem. Desisti de utilizar. E porquê que desisti de utilizar? Não pelo problema da aplicação, porque a aplicação de facto é funcional e eu recebi um feedback da sua resolução. Porque é completamente inútil! É a quantidade de monos que é libertada todos os dias, junto ao espaço de recolha de lixo ou junto ao espaço de reciclagem, é um absurdo. O que é que leva a que isso reitere? A impunidade! Porque nunca há nenhuma ação de fiscalização, nunca vi ninguém ser multado, é uma constante. Chegamos a esta altura do ano, eu digo-vos, eu reportei uma coisa na sexta-feira, no sábado, estava outra lá, outra. Estamos a falar de colchões, frigoríficos, fogões, o que vocês quiserem ver. Estamos a falar disto na rotunda dos pescadores em Armação de Pêra, na Quinta da Saudade, a caminho da Quinta Saudade, na rua D. Manuel de Arriaga, é uma constante. E, portanto, por muito boa que seja a aplicação, é preciso uma intervenção de fundo, é preciso perceber quando é que isto acontece, como é que acontece, com que frequência, se faz sentido, se não faz sentido. Quanto às ilhas ecológicas é ótimo pôr ilhas ecológicas, com certeza, e pontos de recolha de resíduos. A minha pergunta também é simples e se calhar o Presidente da Junta saberá responder ou qualquer um de vocês. Há recolha ou não diferenciada para os comerciantes? Porque se há, meus amigos, qual é que é a frequência? Porque o que eu vejo muitas vezes é os ecopontos, que eu achava que eram para domésticos, serem pontuados com centenas e centenas de resíduos, que é óbvio que existem, e que são depositados pelos comerciantes. Porque também se houver recolha diferenciada uma vez por semana, é impossível pedir a um comerciante que fique com as coisas durante uma semana no seu restaurante. Eu percebo isso. Isto é um problema, é um problema constante, eu vivo cá há oito anos e há quatro anos na casa em que comprei. Eu vejo isso todo ano, não há aqui sazonalidade, não é por haver mais gente, nos meses de verão. É uma constante que afeta a nossa vivência em comunidade. E ninguém quer hostilizar obviamente os

CF
NP
RR



comerciantes, o que é preciso é ter um sistema funcional de recolha de resíduos, independentemente da intervenção de quem quer que seja, seja o Município, seja a Junta, seja a Algar, seja quem quer que seja, é preciso funcionar de uma forma eficiente, nem que seja com a recolha dos resíduos que, porque é impossível ver alguém ou ver funcionários dum qualquer comércio, tendo um ecoponto cheio, repleto, colocar ainda lá mais depósito e ver depois o lixo todo espalhado, é uma aflição, porque não há resposta para isto. E não há resposta e nós só vivemos com o problema, mas vivemos com o problema constantemente. E estamos sempre a falar disso, nas redes sociais, toda a gente fala disso. É preciso pensar numa solução, estruturar uma solução que eventualmente até ultrapassa a escala da Freguesia, porque também há mais concelhos no país com os mesmos problemas, de recolha de lixo e da questão da recolha dos reciclados. Mas é preciso trabalhar numa solução, numa sensibilização no comércio, tem de se acabar com esta capital do “pato bravismo”, que é, eu tenho um apartamento, quero fazer uma reforma do apartamento e atiro os colchões para a via pública, não é minimamente decente e não faz sentido. Queria também falar de outra coisa que é, nós temos trinta e seis movimentos diários, ou seja, trinta e seis movimentos de tomada e largada de passageiros. Nas nossas paragens dos autocarros de longo curso, temos vinte e quatro viagens entre ida e volta de rede Expresso e temos doze viagens de Flix Bus. E fazemos isto em duas paragens. Eu já fui a todas as horas possíveis para Lisboa, já voltei a todas as horas possíveis. Nunca fui sozinho, nunca voltei sozinho. Portanto, houve mais gente que utilizou essas mesmas paragens. Todo o percurso, todo o percurso tem terminais de autocarros, todo. Em Armção de Pêra tem duas paragens. Portanto queria perceber se está previsto algum investimento nessa área, por parte da Câmara, até porque existem terminais rodoviários neste mesmo Concelho, mas aqui não, mas vou repetir, trinta e seis movimentos diários e estou a falar só dos autocarros de longo curso. Os outros autocarros de curto curso partem exatamente do mesmo sítio. De vez em quando é engraçado vê-los todos em fila e com uma impossibilidade de movimentação. E às vezes, as pessoas chegam e depois não têm uma oferta, não têm táxis permanentemente, não está coberto. Portanto, eu já apanhei várias vezes chuva durante

CF
10
12



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

os três minutos que é o caminho até a minha casa, agora imagine se morasse noutra ponta de Armação. Se calhar, tínhamos de arranjar aqui alguma solução, numa forma articulada para isso. Sobre a última Assembleia, como público nós temos alguma dificuldade em acompanhar as Assembleias e eu de facto acompanhei e não participei. E houve duas questões que me assustaram um pouco na Assembleia anterior, que é a existência do pedido de auditoria e foi aprovada uma auditoria aqui às contas da Junta. Eu ainda não percebi qual é que era o período em causa, eu não percebi. Eu enquanto público, vocês saberão com certeza, e me informarão com certeza, qual é que era o período em causa, qual a natureza, se há alguma dúvida sobre alguma verba em concreto, se é uma questão de responsabilidade criminal, se é responsabilidade civil, se é uma questão de responsabilidade financeira, se utilização indevida dos factos. No fundo isso para quem ouve e não percebe muito bem, a razão de ser, mas a razão de ser é legítima e claro que é uma medida aprovada que com certeza tem a sua legitimidade. Mas tentar perceber o que é que está na origem disso, é útil para perceber realmente, porque a auditoria ou qualquer uma ação desse género, terá sempre os seus custos. E depois, em termos do clima vivido naquela Assembleia, achei um bocado excessivo, quer de uma parte quer de outro, a questão do nós aprovamos a auditoria, vocês têm de apresentar os orçamentos e do outro lado nós executamos e vocês fazem a fiscalização. A Assembleia é um órgão de fiscalização do Executivo, isso não há nenhuma dúvida quanto a isso. Acho que obviamente aqui tem de haver algum equilíbrio, não é? Porque a questão é, sendo aprovada uma auditoria e vindo a ser aprovado o encargo respetivo, como isto não há recursos infinitos, isso vai ter de representar que algo não seja feito. Que alguma coisa de um programa de atividades ou de um orçamento que seja aprovado não seja feito. E, portanto, tem de haver, desde logo, também disponibilidade da Assembleia para qualquer espécie de alteração à revisão, e depois tomar essa consciência e essa opção política. Porque quando se toma uma opção política de fazer uma coisa e gastar dinheiro numa coisa e não noutra, tem que se explicar isso e tem de dizer, olha, não vamos fazer isto porque é preciso fazer isto. E acho que isso deve de correr de um ambiente mais ou menos democrático e tranquilo. Se há coisa que eu acho



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

que os resultados das eleições têm ensinado a todos vocês, é que vocês estão condenados a entenderem-se. Porque não há nenhuma dúvida, o Executivo não é maioritário, portanto, tem de haver alguma forma de entendimento relativamente à situação. E tem de haver, dum lado e de outro, muito mais abertura ou muito menos intransigência. E sobre isso, só o último ponto e já sei que estou a tomar demasiado tempo, a política também é arte no fundo de transformar a vida das pessoas. Ao cidadão, como eu, estou aqui, só tenho de manifestar os problemas. Vocês têm que construir as soluções. Não haja de dúvida quanto a isso! E têm que perceber e harmonizar as soluções. Transformar qualquer órgão político numa extensão das redes sociais, as redes sociais aqui na Freguesia relativamente à política local, deixem-me sintetizar utilizando adjetivos que não são meus, está bem? Temos entre vídeos patetas de alta promoção, portais da cidadania que apelam a cenários bucólicos e a buracos que nunca mais acabam, sem fim, e que têm uma opinião sobre tudo e mais alguma coisa, ou as referências ao relvinhas e ao cortar o lixo e há lixo por todo o lado, ou bandas desenhadas da terra feliz com significado e mais ou menos humor. Às vezes é tudo uma questão de bom gosto e de bom senso. Mas se nós transportarmos isto para um órgão autárquico, transformar tudo no fundo como uma novela das redes sociais, as redes sociais são ótimas a proliferar o ódio, não vi foi construir nada em cima do ódio. Mas será uma opção vossa, mas que reflete seguramente o interesse em que as pessoas possam ter a acompanhar ou não. Eu vim cá a segunda vez para colocar uma série de questões em concretas em termos da cidadania. Se for em termos do que eu acho que deve ser o meu cumprimento da cidadania, se for para andarmos aqui, não percam os próximos episódios porque eu também não, se calhar acho que não é a melhor forma de criarmos uma democracia participativa que se comemora agora com o 25 de abril.”-----

Continuou-se a intervenção do público com a Sra. Marlene Rodrigues que afirmou: -----
“Boa noite. Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia e estendo esses cumprimentos ao restante Executivo e membros da bancada. A política local deve ser, antes de tudo, uma política de proximidade. A Junta de Freguesia é ou deve ser o elo

CF
to
MR



mais direto entre as pessoas e a Câmara Municipal. E por isso acredito que as cores que importam na política local não são partidárias, mas sim as cores das pessoas, as da entreatajuda, da colaboração e do cuidado com quem aqui nasceu e com quem escolheu esta terra para viver e criar família. Precisamos de menos crítica e mais ação, menos divisão e mais compromisso com o interesse comum. A Freguesia cresce quando todos puxamos para o mesmo lado. Vou dividir a minha intervenção em três pontos que eu considero fundamentais. O primeiro mobilidade, segurança e acessibilidade. O terreno ao abandono junto à Caixa Geral de Depósitos tornou-se, neste momento, uma questão de saúde pública. Os carros abandonados estão a servir de habitação. Existe consumo de droga ao céu aberto durante o dia, onde passam centenas de pessoas e muitas crianças. Já foi notificado o dono do terreno? É urgente melhorar e acessos para pessoas com mobilidade reduzida, garantindo que todos circulam com segurança e dignidade. A sinalização deve proteger e nunca impedir a passagem, o que não acontece em muitos passeios da nossa vila. Há muito que se fala no percurso pedonal entre a escola e o pingo doce, uma zona de grande circulação diária de crianças, famílias e trabalhadores, mas até hoje ainda não é uma realidade, infelizmente. É necessária a presença assídua de patrulhamento da GNR junto às escolas, transmitindo segurança quer rodoviária quer pessoal. Meu segundo ponto, a educação é um dos pilares da sociedade, e por isso é essencial criar um ambiente escolar com as melhores condições, para que as nossas crianças aprendam e cresçam em segurança. A verificação in loco das infraestruturas das escolas deve ser uma prioridade. É urgente criar zonas de sombras nos recreios das escolas da Freguesia, e instalar uma paragem de autocarros protegida da chuva junto à escola E.B 1 e E.B. 2,3. Mas educar não é só garantir a segurança física é também garantir que existe uma vila com memória futura, onde a história das nossas gentes e das antigas tradições são passadas aos mais novos. A criação de oficinas criativas e intergeracionais, um espaço de encontro entre gerações e saberes de terra, seriam um modo de preservar a identidade e fortalecer o sentido de comunidade. E porque o futuro também se constrói com quem o vai viver, sugiro a criação de um programa jovens pela Freguesia, para que os jovens sejam ouvidos, participem, proponham e sintam que



pertencem a esta terra e não são esquecidos pelas entidades locais. A criação dum espaço de estudo ou co-working é essencial para apoio aos estudantes, trabalhadores remotos e pequenos empreendedores que ainda não têm estabilidade ou não podem ter dinheiro para pagar centros de explicações e explicações. O meu terceiro ponto, a limpeza urbana é um desafio que exige responsabilidade partilhada. É preciso começar a responsabilizar quem adota comportamento dos anticívicos, porque o espaço público é de todos e deve ser respeitado. Não se trata de perseguir ninguém, mas de proteger a qualidade de vida da comunidade. Ao mesmo tempo, é essencial criar soluções práticas, especialmente para os comerciantes que muitas vezes não têm alternativas aos contentores da via pública. Por isso proponho um sistema de recolha porta a porta para o comércio local em horários combinados com a associação de comerciantes, evitando a acumulação de resíduos e melhorando a imagem da Freguesia. E tudo isto deve ser acompanhado por campanhas de sensibilização visíveis, que reforcem o orgulho local e promovam comportamentos responsáveis. Sei que algumas das competências são do município, mas a Junta, enquanto elo mais próximo da população, tem o dever de informar, acompanhar e exigir soluções. Quero uma Freguesia que cuida, que escute, que age, uma Freguesia onde a proximidade é prática diária, onde a educação, a segurança e o civismo são prioridades reais. Obrigada.”-----

Seguiu-se a intervenção do público com o Sr. Francisco Santos. -----
“Muito boa noite, senhora Presidente da mesa da Assembleia. Senhor Presidente da Junta, restantes membros da Assembleia e público. Eu quero começar por recordar que estamos na semana em que se vai comemorar mais uma vez o 25 de abril e essa data é importante porque foi a partir dela que foi possível termos este espaço de discussão e de abertura e de democracia. Este mês também é o mês em que se celebram os 50 anos da Constituição, onde estão consagrados exatamente estes direitos e a possibilidade de nas Autarquias Locais termos a proximidade com o público. A minha intervenção tem dois pontos diferentes, um primeiro dirigido à senhora Presidente da Assembleia, à Assembleia em si, aos membros da Assembleia e depois uma série de pontos de que são



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PÊRA

questões para o Executivo. Com relação à senhora Presidente da Assembleia, começou no início desta sessão por nos informar de que estamos a trabalhar com o novo regimento. E não leve isto como uma crítica, é só um alerta, mas esta ordem de trabalhos que está publicada no edital, não está de acordo com o regimento, porque é público que as forças políticas, algumas delas pelo menos, entregaram dentro do prazo propostas para serem incluídas na ordem de trabalhos e quando se lê o Edital, essas propostas não constam. A menos que a Assembleia agora altere a ordem de trabalhos, essas propostas não vão ser discutidas no sítio onde devia ser, que era na ordem do dia. Um segundo ponto tem a ver com todos os membros da Assembleia e eu tenho assistido a todas as Assembleias aqui, incluindo as duas últimas do mandato anterior. E há uma coisa que enquanto freguês, enquanto cidadão que vem assistir a estas Assembleias, não me deixa confortável. Todos os eleitos, creio que concorreram em listas, e todos vocês acham que as vossas propostas são as melhores para Armação de Pêra. No entanto, vocês concorreram a listas diferentes e foram eleitos por pessoas diferentes. Eu percebo que todos se conhecem, alguns conhecem-se desde que nasceram, mas a democracia também é formalidade, também é formalismo. E, portanto, o tratamento por tu é uma coisa que não fica bem numa Assembleia. O senhor Presidente da Junta é o senhor Presidente da Junta. Lá fora no café pode ser o Bruno. Aqui nesta sessão é o senhor Presidente da Junta. A senhora Presidente da Assembleia é a senhora Presidente da Assembleia. No seu local de trabalho pode ser a Mara, aqui é a senhora Presidente da Assembleia. Os membros da Assembleia são o senhor ou a senhora, o primeiro e o último nome ou o membro e o primeiro e último nome. Tratem-se por tu, para pessoas que estão ali sentadas e que não têm esta intimidade que vocês têm uns com os outros, não fica bem. Desculpem este reparo, mas tenho de o dizer. Finalmente, uma última coisa em relação à senhora Presidente, na última Assembleia, a senhora Presidente da Assembleia fez uma intervenção no período destinado ao público. E fez essa intervenção sentada no sítio onde está agora. A senhora Presidente da Assembleia, como qualquer membro desta Assembleia, podem ter intervenções, mas não no período do público, porque a senhora não é público, a senhora é Presidente da mesa da Assembleia. E os

CF
R
R



membros da mesa, quando querem fazer intervenções, devem sair da mesa e devem-se juntar à sua bancada. Eu espero que para o futuro isto passe a ser assim. Relativamente ao Executivo, tenho aqui três perguntas só para o senhor Presidente da Junta. A primeira é saber se tem alguma previsão para quando é que os operacionais vão ter fardamentos. Porque eu vejo noutras Freguesias, vejo os operacionais equipados e identificados com o fardamento próprio. Aqui, não encontro isso. Não sei se isso está para breve, mas era interessante que pudesse ser. Depois, há aqui um problema, que é um problema que tem de ser tratado entre a Junta e a Câmara, que diz respeito às calçadas que foram levantadas pelos trabalhos da E-redes que, ao que parece, a E-redes não vai repor ou pelo menos prepara-se para não repor. A pergunta que eu quero fazer é se há alguma articulação entre a Junta e a Câmara para informarem a E-redes de que deve cumprir, deve repor essa calçada num período razoável e que caso não o faça, seja o município, seja a Junta, avançam com uma empreitada para se fazer a reposição e apresentam a fatura à E-redes. Eu não sei se estão a pensar se é possível articular isso ou não, mas se calhar, é uma forma de se pôr à E-redes a ter mais respeito por Armação como temos por outras Freguesias e por outros municípios. Finalmente, eu estou à espera que esta semana seja disponibilizada a plataforma para o aluguer dos toldos. Mas quero-lhe fazer uma pergunta, senhor Presidente. Existe ainda um regulamento que está em vigor, é o regulamento que prevê prioridades por antiguidade. A minha pergunta é, se por acaso amanhã a plataforma estiver disponível e eu aceder a essa plataforma, posso escolher à vontade o toldo onde quero ficar? Ou vão aparecer toldos bloqueados com reservas de acordo com o regulamento que ainda está em vigor? Ou vai ser alterado esse regulamento e vai aparecer um novo regulamento que contemple a articulação com a plataforma? É só isto, muito obrigado pela atenção.” -----

Na intervenção do público solicitou a palavra a Sra. Luísa Lima referindo: -----
“Boa noite a todos. Eu só tenho uma questão muito direta, muito objetiva e tem a ver com o seguinte. Pretende-se somente saber se existe algum regulamento na recolha dos monos porta a porta a pagar e a pedido. E qual o destino final desses mesmos monos. E isto tudo tem a ver com o simples facto que se passou comigo, na recolha a pagar e a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

pedido num estabelecimento comercial em que eu dou com eles à venda no marketplace. Entrei em contacto e mandei uma mensagem à pessoa e identifiquei pelo simples facto de ter o meu, a minha grafia e a minha letra. E com preços marcados ainda do estabelecimento. Obrigada.”-----

A Presidente da Assembleia, Mara Rosa, pediu a palavra para responder às questões dirigidas pelo Sr. Francisco Santos. -----

“Antes de passar a palavra, quero responder a Sr. Francisco Santos. Em relação ao Edital, as propostas foram incorporadas no ponto 2.1 “Diversos”. Foi até falado e eu disse logo na reunião, como temos esta situação, colocamos essas propostas nos Diversos. Foi assim já na primeira reunião, colocámos também as propostas no ponto 2.1 e facilita colocar aqui. Por acaso até foi a Junta de Freguesia de Silves que nos ensinou a colocar. Relativamente ao tratamento por tu, concordo plenamente. E já vamos falar sobre o tratamento tu-ca-tu lá. Tem toda a razão, Sr. Francisco. Em relação à minha intervenção, percebi depois. Eu estava habituada a estar desse lado e depois percebi o erro logo a seguir.”-----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Alves, começou por responder às questões colocadas pelo público referindo: -----

“Em primeiro lugar, boa noite a todos. Sejam bem-vindos à Junta de Freguesia para mais uma Assembleia. Quero cumprimentar a mesa e os seus secretários, os caros membros que aqui estão presentes, também ao público e aos meus colegas de Executivo. Vou tentar ser sintético na medida em que são muitas questões e começando já diretamente pelo Sr. João Freitas em relação ao ponto de situação de toponímia. Portanto, é um processo que ainda vem de 2016, pelo menos, e que segundo sei e que tive ainda presente nessa última comissão onde, em setembro do ano de 2025, onde foi criada aqui uma última indicação de ruas. A partir daí os procedimentos arrancaram, os trabalhos pararam, recomeçaram. A indicação que eu tenho é que assim que seja possível, os trabalhos vão continuar e vão ser colocados. Portanto, foi um processo longo que começou há muito tempo e que esperamos que brevemente fique concluído. Em relação aos grandes planos do Município, daquilo que temos conhecimento é que as grandes

CF
20
12R



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PÊRA

obras que estão aqui planificadas são algumas obras, quer de requalificação de ruas urbanas, nomeadamente da continuação da rua D. João II, também a requalificação do Mercado Municipal de Armção de Pêra, entre outras pequenas intervenções urbanísticas que vão ser realizadas. Algumas requalificações de alguns edifícios, nomeadamente o pavilhão, da escola E.B 2,3 de Armção de Pêra, assim como a requalificação do centro do centro de saúde, enfim, uma série de alguns investimentos que pretende requalificar aqui algumas situações e edifícios da Freguesia de Armção de Pêra. Relativamente ao orçamento da Junta de Freguesia, na sua grande maioria, mais de 60% é despesa como pessoal, portanto, logo aí à partida estamos muito limitados naquilo que é gestão diária, como o mapa pessoal. Temos cerca de 40.000,00 euros a 50.000,00 euros para investimento em equipamentos, em fardas, enfim, tudo que são equipamentos necessários para a execução da Junta de Freguesia. Depois temos despesas, despesas de funcionamento, grande parte delas, e depois aquele que sobra, que é investido na comunidade seja através das coletividades, quer através das iniciativas de carácter social, desportivo. O nosso orçamento está desenhado desta forma e é limitado na medida em que há recursos e que são finitos e, portanto, ele está montado desta forma. Do nosso investimento, da requalificação do espaço público, há duas formas de fazermos isto. Um dos grandes objetivos deste orçamento em dois mil e vinte seis tem dois objetivos. Um deles é a requalificação do espaço público e o segundo é a limpeza urbana. São esses dois, os dois principais objetivos deste Executivo, são estas duas prioridades. Quer através de algumas obras que vão ser feitas no cemitério de Armção de Pêra, em todas as situações que já fizemos de pequenas pinturas, requalificações de algumas situações que estão aqui para ser recuperadas. Agora, com o tempo, esperemos que consigamos ter essa intervenção mais presente e mais forte. Em relação à frequência da limpeza das ruas, que neste momento a Junta de Freguesia tem menos de dois operacionais na rua. Tem algumas pessoas que estão a gozar situações de férias e, portanto, estamos um pouco limitados, mas esperamos a partir de maio já ter uma candidatura ao IEFP onde estará aqui mais duas pessoas ao serviço e que vai-nos permitir sermos mais eficientes a partir do mês de maio. É verdade que falta



aqui atingir e chegar a muitos pontos. Acreditamos que com o trabalho e com a metodologia que estamos a implementar podemos, a médio e longo prazo, resolver muitas situações que fazem parte e que infelizmente não estão ainda como nós gostaríamos que estivessem. E deixar-lhe nota, que existe um planeamento semanal/mensal onde as equipas percorrem dentro do mapa operacional várias ruas, sendo que neste momento como temos situações quer de férias, quer de pessoas que não estão ao nosso serviço, quer de algumas situações de funcionários que saíram da Junta, outros que infelizmente estão com problemas pessoais e estão detidos e não podem estar ao serviço, são situações que realmente afetaram a nossa execução e nossa presença no terreno, mas que a partir de maio, volto a frisar, já podemos normalizar um pouco mais essa situação. Em relação à aplicação das ocorrências, realmente ela está numa fase ainda de implementação, ela começou a funcionar no dia um de março de dois mil e vinte seis. Ela tem aqui o objetivo de, e temos tido uma avaliação para já positiva no sentido em que conseguimos mapear e identificar mais rapidamente algumas situações que temos que recolher. Agora aqui estamos limitados. Há aqui uma competência que nós conseguimos chegar e resolver, há outras competências que não são da nossa esfera e que aí nós endereçamos para as entidades competentes. Por exemplo, a ALGAR, a E-REDES, o município de Silves, entre outras que possam ter aqui intervenção no espaço público. E, portanto, esta plataforma é uma forma de responsabilizar, primeiro, a Junta de Freguesia por todo-o-terreno, e é isso que nós queremos fazer, somos responsáveis por tudo o que acontece, e tentarmos agilizar os processos para que sejam mais rapidamente resolvidos. Notamos que algumas situações conseguimos rapidamente chegar e resolver, outras que dependem de nós estamos ainda a resolver, o caso dos jardins e deservagem é um ponto que estamos com algumas dificuldades porque devido às recentes chuvas, que houve estes últimos meses muito fortes, não permite que a deservagem tenha sido feita ainda a aplicação de química de forma eficiente, mas esperamos que nos próximos meses fique resolvido. Em relação à recolha de monos, realmente esse é um problema estrutural que deve envolver a Junta de Freguesia e o município na relação deste problema, porque o depósito onde colocamos os monos

CF
10
192



situa-se no Algoz. Ou seja, as viagens que nós fazemos entre a recolha que é feita na Freguesia e onde é o sítio que é depositado e separado o lixo por tipologia, ou seja, as madeiras, eletrodomésticos, tem de ser tudo separado, são situações que atrasam muito uma correta e eficiente recolha de monos. Qual é a estratégia que o Executivo tem e que terá depois em conversação com o Município, é encontrar ou um sítio mais perto que permita uma recolha mais rápida e atempadamente ou então reforçar a equipa de monos com mais um veículo e mais uma equipa. Essas são as situações. Agora, uma coisa vou ser muito sincero, a recolha de monos é uma situação que é grave porque é o abandono total, porque a recolha de monos é feita pela Junta de Freguesia, é um serviço que à partida deve ser gratuito e, é gratuito. Desde que tomamos posse, no dia dois de novembro e, que no primeiro dia de janeiro aplicamos uma nova metodologia de recolha de monos, todos eles são recolhidos porta a porta, basta que a pessoa peça e que aguarde. Agora, há situações aqui que me estão a limitar um pouco, nomeadamente esta questão da distância, e outra situação é que as pessoas abandonam simplesmente os monos em toda a parte, em todo lugar, a toda a hora, sendo que nós só conseguimos fazer recolha das oito da manhã até às quatro da tarde, a recolha tenha de ser feita antes das três para ter o tempo de recolha e descarga e de regressar novamente à Freguesia. Um problema que temos de olhar com uma responsabilidade porque os monos são cada vez mais, as pessoas fazem requalificação das suas casas e tudo bem, mas é preciso responsabilizar e as pessoas podem até elas próprias depositar esses monos no Algoz, no centro de deposição temporária do Lamijo. E, portanto, temos aqui um grande caminho pela frente, que é alterar estes processos, envolver as pessoas e as entidades que fazem parte deste processo de recolha de lixo e a Junta de Freguesia está disponível, como sempre, para trabalhar com todos para resolver esta questão, que realmente é uma das mais graves que é a questão dos monos. Relativamente às ilhas ecológicas, felizmente houve um grande investimento do município em ilhas ecológicas. Há aqui vários pontos que estão a ser requalificados com este sistema. Mas, infelizmente temos o outro lado da moeda que é o mau uso que está a impedir a correta posição do lixo dentro das ilhas e dos ecopontos, o que entope logo à partida essas ilhas e que

CF
de
NR



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

depois, a partir daí, prolifera todo o lixo à volta. Vêm os animais, os cães, os gatos, as gaivotas que rompem os sacos, que espalham todo o lixo pela vila. E é muito difícil e muito complexo, todos os dias, ter equipas em todas as zonas, em toda a vila. Nós tentamos sempre chegar a todas as zonas, mas o lixo como é recorrentemente colocado, quer no período da tarde, período da noite, período da manhã, só com uma estratégia muito bem consertada entre estas entidades, Junta de Freguesia, o Município e a ALGAR, é que poderemos tentar minimizar esta situação. Sem civismo não vamos lá. Se as pessoas não tiverem um pouco também de consciência, se os comerciantes também não forem chamados à atenção para que possam depositar de forma correta o lixo. Aliás, até porque dispõem duma linha de recolha porta a porta que é a ALGAR Linha, que é um serviço da ALGAR, que é gratuito, que nós já o ano passado fizemos uma campanha de sensibilização, onde entregamos documentos com vários grupos informais da nossa Freguesia, com o grupo Plogging, em que tivemos no ano passado a entregar uma pequena informação a todos os comerciantes e o que é difícil é, ou não respeitam ou não conseguem também encontrar sítios que estejam disponíveis para fazer essa recolha, portanto, temos que em conjunto fazer uma reflexão profunda, a comunidade, sociedade, entidades, de como é que podemos nós tratar aqui os sistemas de lixo. Passando aqui ao centro terminal dos autocarros. Sei que houve várias propostas de vários partidos na Assembleia Municipal. Isso foram questões que também foram abordadas em programas de diferentes partidos para a Junta de Freguesia de Armção de Pêra, que muitas delas referenciaram o terminal. E aquilo que nós poderemos fazer é inforce, que essas propostas, feitas pelos partidos, possam realmente produzir efeito e que se consiga realmente, de uma vez por todas, ter aqui um sítio mais condigno para receber os nossos turistas e para as pessoas que precisam do transporte público para fazer a sua vida de casa/trabalho. Levantou-me aqui a questão, da Assembleia realizada em relação à auditoria das contas e ao período em causa e à natureza da responsabilidade. Porque neste momento nós hoje estamos aqui a apreciar o relatório de contas de 2025, aquilo que eu disse na última Assembleia é que a partir do momento que sejam entregues estas contas, que sim, aliás, já fizemos isso, já pedimos orçamentos

CF
20
2026



para serem apresentados para a apresentação desta auditoria. E, portanto, o período em causa é o período de 2021 a 2025. E, portanto, ela vai acontecer, não há nenhum problema, há só aqui uma questão dum processo que tem de seguir, que sim tem de ser natural. Ou seja, estamos hoje a entregar este relatório, assim que este relatório for entregue, há-de ser apreciado no Tribunal de Contas. Antes disso, vamos sim fazer essas auditorias, vamos convocar todos os membros desta Assembleia para que em conjunto possamos encontrar uma solução que seja enquadrada no nosso orçamento com responsabilidade e, com naturalidade, vamos fazer esta auditoria. As redes sociais é uma ferramenta de comunicação, portanto, há uns que usam de uma forma, outros que usam de outro, não vou julgar aqui situações dessas. A Junta de Freguesia tem a sua rede social onde faz a sua comunicação habitual. O Presidente da Junta tem a sua rede social pessoal com a sua cara, com o seu nome, onde assume publicamente as suas comunicações e, portanto, se alguém discordar de alguma coisa que eu diga, pode-me perguntar, eu estou a dar a cara. Há outras páginas que não seguem esse princípio de transparência e de responsabilidade e que se escondem atrás. É uma questão que cada um terá de gerir isso da melhor forma, da parte do Executivo é dar a cara, eu dou a minha cara, sempre o fiz, toda a gente me conhece na rua, toda a gente sabe quem eu sou. Aquilo que eu comunico é só uma questão daquilo que toda a gente, todas as Freguesias fazem e todos os políticos fazem, que é terem as suas páginas pessoais para divulgar o trabalho, acho que também isso é um caso também mostrar um pouco a transparência de saber onde é que está o Presidente, que é ele fez, onde é que ele está, o que ele está a fazer. Portanto, é um fruto também do trabalho que é feito. Naturalmente que pode ser melhor, pode ser pior, há situações que podem ser censuráveis, podem ser criticáveis. Claro que sim, a vida é assim, nós estamos cá também para aprender e para, muito humildemente, também reconhecer quando erramos e também fazer alterações ao nosso comportamento se for necessário. Da nossa parte em relação às redes sociais, é este o nosso ponto, tentarmos sermos os mais transparentes possíveis, dando a cara, falando com as pessoas, comunicando o que vamos fazer no dia-a-dia. Em primeiro lugar, senhora Marlene Rodrigues, em primeiro lugar quero



agradecer aqui a sua a sua declaração inicial. É realmente importante fazer esta convocação de responsabilidade e também de serenidade para que possamos olhar para os problemas da nossa comunidade, termos a capacidade de falarmos sobre eles, de forma natural, também trabalharmos em conjunto porque é por isso que fomos eleitos. E acredito que estão todos cá, estamos com um ponto de vista mais ou menos diferente, mas todos querem o mesmo, todos querem o melhor para a nossa terra, todos querem o melhor para os nossos filhos, todos querem o melhor para a nossa comunidade, os nossos avós, para os nossos idosos, para a nossa economia, para as nossas empresas, para o nosso tecido social. Portanto, é uma preocupação desta Assembleia, uma preocupação deste Executivo e, portanto, obrigado por estas palavras, são positivas. E falando aqui das questões concretas que colocou, do terreno junto à Caixa Geral de Depósitos, realmente ele já foi alvo de algumas trocas de informação entre o Município e Junta de Freguesia, na tentativa de identificar o proprietário deste terreno, já foram retirados alguns carros de lá, nomeadamente um que estava queimado e outros que lá estavam abandonados e outros roubados. A situação que lá está mais grave é uma questão social que está a ser acompanhada pela Câmara Municipal e outras entidades sociais, o que torna tudo mais difícil. Quando existe um caso social dentro de um carro que está abandonado, os serviços municipais têm que primeiro intervir, têm que primeiro arranjar uma solução para aquela pessoa. Há ali uma situação, temos uma pessoa que está internada já no momento, que está num hospital, que eu próprio também estive a acompanhar com os serviços, em que essa pessoa está numa situação crítica, hospitalizada. E, portanto, são situações que estão identificadas, que estão a ser tratadas e infelizmente levam um tempo mais demorado por serem casos sociais e casos mais difíceis de resolver. Em relação ao percurso pedonal entre o Continente/Escola, Continente/Pingo Doce é um assunto que foi várias vezes abordado nesta Assembleia de Freguesia por diferentes membros, por este Executivo também. Já foi também comunicado e informado o município destas situações, quer em Assembleia Municipais quer através de comunicações via email ou via telefónica, conversas, reuniões tidas com o município. É uma situação que está em análise, que será depois colocada em comissão



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

de trânsito nos próximos meses, tidas em consideração e são recomendações que são sempre recorrentes e que são sempre repetitivas nestas comissões. Por fim, em relação à GNR, da reunião que este Executivo já teve a oportunidade de ter com as forças de segurança, nomeadamente com o capitão do posto de GNR, a novidade é que há mais efetivos, mais pelo menos mais dois efetivos na GNR. E a novidade também é que já houve várias intervenções, rusgas, ou seja, intervenções policiais. Recordo que a primeira foi ou dezassete ou dezanove de dezembro, depois outra a doze de janeiro e uma mais ou menos nos finais de fevereiro. São situações que a GNR está a acompanhar e que está a tentar, pelo menos minimizar as questões de segurança. Relativamente à educação, a Sr.ª Marlene Rodrigues levantou aqui uma série de considerações, de recomendações, muitas delas fazem parte do nosso caderno de encargos, quer deste Executivo, quer também da Assembleia, também são questões levantadas em Assembleia. Portanto, recomendações que nós vamos levar, seja às Escolas, seja ao Município, seja à Assembleia Municipal, serão certamente questões que vamos abordar também em sede de trabalho com o Executivo da Câmara para podermos também tentar perceber onde é que podemos melhorar. Depois, último ponto que foi o ponto da limpeza urbana. Falou aqui de situações de comportamento cívico e de algumas soluções. E já foi um pouco abordada esta questão da limpeza urbana. Realmente, nós podemos ter dez, quinze, vinte, ou trinta funcionários. Mas se não houver aqui um mínimo de consciência e de responsabilidade das pessoas, nos comércios, das empresas, nós enquanto cidadãos, se não temos consciência do que é que estamos a fazer e o que é que queremos fazer, também será muito difícil resolver este problema. Portanto, algo que convoca a todos e é o que eu digo sempre, é que a limpeza urbana é responsabilidade de todos e deve ser uma prioridade. Infelizmente, não é só uma questão desta Freguesia, é de outras Freguesias também, mas o nosso objetivo e o nosso propósito e o objetivo principal para este mandato é mesmo a limpeza urbana e o espaço público. Em relação à sinalização, houve aqui várias questões de sinalização que foram colocadas e alguns pinos que foram colocados, são situações que são recorrentes de estacionamento abusivo que se foi criando e com o estacionamento abusivo que se vai criando, depois há muitas denúncias,

CF
R
R

CF
JE
SGK



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

quer dos moradores e que a GNR recebe as denúncias e depois são necessárias medidas mais permanentes, quer seja através de sinalização, quer seja a colocação de pinos. Portanto, isso é uma situação que está a decorrer, essa avaliação é permanente, é uma questão que está sempre em cima da mesa a avaliação, se é necessário mais, retirar, repor e averiguar, são situações que o município está em permanência e que está com atenção a tudo o vai acontecer neste âmbito. Acho que respondi a todas as questões de uma forma geral. Depois, passando para o último, para o senhor Francisco Santos, que fez aqui questões ao Executivo. O fardamento operacional está encomendado, as botas já foram entregues, os fardamentos seguintes será o próximo equipamento a ser comprado. Relativamente, às calçadas da responsabilidade da E-Redes, que não vai repor ao que tudo indica, ao que tudo sugere. Portanto, aqui temos, com o Município encontrar soluções para uma solução que, não podemos chegar à época balnear e haver estes rasgos na nossa avenida. É verdade que a E-redes está a fazer as reparações e isso também é positivo, mas também é necessário que depois seja responsável e que proceda a esta questão da reparação. Portanto, temos de avaliar com o Município esta questão da reparação das calçadas e desses roços que vão ficar abertos. Em relação às normas dos toldos, que foi referido, e, essa é uma questão, como disse, o Executivo já está a trabalhar nessa questão desde janeiro, fevereiro. A nossa primeira preocupação foi tornar o procedimento mais transparente, mais fácil, mais ágil. Essa aplicação vai ser disponível no início, meio de maio, em princípio. Nesta fase, aquilo que foi feito e que foi acordado com esta empresa é que ia importar o modelo que está em vigor, desde normas e procedimentos que está em vigor e que, numa fase seguinte, criar um regulamento de normas diferentes para esta questão. Portanto, neste momento, como é um processo que está em andamento, vai estar a funcionar desta forma, mas estamos disponíveis para observar regulamentos, modificar procedimentos. Vamos convidar todos os membros da Assembleia para participar nesta questão, sendo que a plataforma para estar em funcionamento para a altura que é necessária, que é agora em maio. Ela teve que importar todos os procedimentos que eram antigos e que foram já corrigidas algumas situações e que serão corrigidas algumas situações quer de dados, quer de

CF
re
RK



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

reservas e quer também de situações, onde a intervenção humana vai desaparecer por completo. Ou seja, a reserva será feita através dessa aplicação, vai permitir centralizar os mapas de gestão e os mapas das unidades balneares, o que permite uma melhor eficiência administrativa, até, destas unidades balneares. A forma como é reservada os toldos, neste momento, vamos dividir por reservas, pré-reservas, vamos obedecer ao regulamento que ainda está em vigor, mas depois para o ano, o objetivo é mesmo alterar este procedimento, criarmos novas regras, observarmos o que é que pode ser alterado, porque o que nós queremos mesmo é que esta situação seja tranquila, transparente, que esteja também à disposição de toda a gente, que seja um instrumento também de conveniência e de que seja mais fácil para que toda a gente possa aceder a um toldo ou um espaço de sombra. Depois, a Sra. Luísa Lima fez aqui apenas uma questão relacionada com a recolha de monos. A recolha de monos obedece, de forma muito simples a uma situação que é, os monos são recolhidos, são depositados no centro de deposição temporária no Lamijo, o que acontece é que muitas vezes pode haver o aproveitamento de algumas pessoas, pessoas que recolhem à noite esses monos que são abandonados e depois naturalmente vão ficar à venda. Eu não tenho conhecimento deste caso, mas vou tomar nota e vou questionar e perguntar o que é que poderá ser feito em relação a esta questão. Portanto, não é normal que sejam colocados à venda, pelo menos pelos serviços da Junta não é assim que está indicado.”-----

2. Período Antes da Ordem do Dia:-----

2.1. Diversos-----

A Presidente da Assembleia, Mara Rosa, mencionou: “Quero frisar que a Ata n.º 3, foi transcrita integralmente, como puderam ver. Não houve uma escrita institucional, como na anterior, ficando assim muito extensa e de difícil consulta para qualquer pessoa. Do ponto de vista da mesa e para solucionar o problema com as atas, nós achamos que se deveria optar por fazer uma ata minuta no final de cada sessão, tal como até é referido no nosso regimento e previsto na lei. E o áudio das sessões ficariam disponíveis no site da ajuda da Junta de Freguesia sempre, se surgissem dúvidas, poderiam ser esclarecidas



no áudio. E terminávamos esta situação das atas. Posto isto, vou dar um minuto para as bancadas conversarem. Poderemos não fazer hoje e começarmos na Assembleia seguinte a fazer. Assim é uma maneira de resolvermos os problemas das atas. Como vocês sabem, peço desculpa a todos os presentes, mas isto é uma situação que tem que se falar. O que está previsto na lei é que se coloque os assuntos, as pessoas presentes e o que foi decidido. Esta ata teve, para todos os presentes, trinta e seis páginas. É incomportável para alguém ler, poder conseguir procurar alguma informação facilmente. Se for uma ata minuta, como prevê a lei, é escrever apenas as decisões, quem estava presente, não estava, a data e as decisões que foram tomadas. E o áudio fica disponível no site da Junta e quem queira, em qualquer momento, pode sempre ouvir essa Assembleia. E ficam esclarecidas todas as dúvidas, é só ir ouvir a reunião, a gravação. Esclarecer que neste caso, o Paulo André Bentes, o Afonso Gil e a Vânia Queiroz não podem votar, pois não estiveram presentes na sessão anterior.”-----

O membro Filipe Nunes da CDU, pediu a palavra afirmando: “Boa noite a todos. Senhor Presidente da Junta de Freguesia, o Executivo, Presidente da mesa da Assembleia, secretários e restantes membros da Assembleia. Eu não vejo qualquer objeção à questão da ata. O problema maior é, se as pessoas não leem um documento com trinta e seis páginas que podem passar rapidamente por aquilo que que querem, imaginem ouvir três horas de Assembleia. Se algum aqui dos presentes acha que algum cidadão vai estar três horas a ouvir uma Assembleia de Freguesia, não me levem a mal, eu tenho bastantes dúvidas. Um documento escrito é algo que a pessoa, se não lhe interessar, vai andando até à página em que lhe desperta a atenção. Mas isso é só opinião. Não estou a ver nenhuma pessoa a estar três horas sentada no seu sofá a ouvir-nos a todos a falar. Não levem a mal, eu não estaria, tenho dúvidas. Essa é a primeira questão sem sequer falar se é legal, se não é legal, se colocar o áudio. A mim o que me parece, é que a ata tem de transcrever exatamente aquilo que lá está. Nesta ata que está a votação e por isso é que nós temos uma declaração de voto, ela continua a ter algumas omissões, a Sônia não esteve presente, não é mencionado. Formais, questões formais. Além de erros



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PÊRA

CF
10
R

ortográficos, isto é um documento que é oficial, que é público, que é para ser publicado e convém que quem faz a transcrição e não estou sequer a criticar as pessoas, muito difícil, trinta e tal páginas, só que é um documento que é público, que todas as pessoas vão ver e que devia estar transcrito e bem transcrito com a sua com a pontuação correta, com frases devidamente feitas e, portanto, parece, desse ponto de vista, que há algumas coisas a corrigir. Por exemplo, vou dar uma ideia, quando foi da análise da deliberação, da ata da sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de vinte e dois de dezembro, a CDU há quatro votos contra, na ata aparecem três, nós somos quatro. Não foram três, foram quatro. A ata serve para isto, ou seja, tem de lá estar. Eu percebo que seja difícil transcrever, mas será muito mais difícil para qualquer Armacenense ir ouvir uma Assembleia de três horas. Se nem aqui presencialmente, como sabemos, às vezes vêm, imaginem estar em casa. É só a minha opinião. Mas estamos disponíveis para conversarmos sobre isso.” -----

Procedeu-se à aprovação da ata da Assembleia da Sessão Extraordinária de 30 de março de 2026. -----

ATA NR.º 3-----

Votos contra: 3 (CDU)-----

Votos a favor: 7 (PSD, PS, CHEGA)-----

O membro Filipe João Osório de Almeida Nunes, da CDU, apresentou declaração de voto, a qual se encontra anexa à presente ata (ANEXO I).-----

A Presidente da Assembleia informou o público que foram apresentadas propostas, requerimentos e moções pelas diversas bancadas iniciando-se a apreciação, discussão e deliberação das mesmas. -----

A primeira proposta apresentada foi da bancada da CDU, denominada: *“Realização de Sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia para realização de auditoria externa às contas e atividades da Freguesia de Armção de Pêra”* -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

CF
10
17

A Presidente da Assembleia pediu a palavra esclarecendo: *“Em relação à ata aprovada agora, nomeadamente a n.º.3. Está aqui a dizer, na ata n.º 3, que foi dada posse ao membro Emmanuel Hedilson Lopes da Luz em substituição do membro Sónia Oliveira que justificou a sua ausência. Está aqui dito. E depois, em relação à contagem da votação, só podiam votar três pessoas porque o membro Emmanuel não estava presente na Assembleia anterior. Então, não podiam ser quatro, só podiam ser três a votar. E relativamente ao nome do Senhor Vereador Maxime, foi um erro, um lapso de escrita, porque obviamente falta a letra “e”. Alguma bancada tem alguma coisa a dizer em relação à proposta apresentada?”* -----

O membro Mário Nobre de Oliveira, do PS, solicitou a palavra mencionando: *“Relativamente a esta proposta da CDU e depois ter ouvido o comentário do senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre as contas de 2025, relativamente às contas que vão ser apresentadas e vão ser discutidas de 2025 e que, em princípio, diz que, depois de aprovadas estas contas, 2025, avançaria para a auditoria, julgo que é isto que estava a dizer, e que disse.”* -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Armção de Pêra interveio afirmando: *“Estão a ser apresentadas. E depois, se forem aprovadas, serão entregues para Tribunal de Contas! Fique claro, a auditoria vai ser feita. Pois, que fique claro que a auditoria vai ser feita.”* -----

O Senhor Mário Nobre de Oliveira, do PS, referiu: *“Que fique claro, coisa que não disse na última Assembleia. O senhor disse que não. E agora já diz que faz depois das contas aprovadas.”* -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Alves, reforçou: *“Vou só recordar o que disse na última Assembleia. Está escrito, está aqui, o que estou a dizer é que, vamos deliberar e que vamos fazer auditoria, independentemente”* -----

O membro Mário Nobre de Oliveira, do PS, questionou: *“Se as contas forem aprovadas ou não, o senhor faz auditoria? Mesmo que as contas não sejam aprovadas? Dois mil e vinte cinco, atenção!”* -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia esclareceu: *“Sim, eu faço a auditoria”.* -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

O membro Filipe Nunes, da CDU, tomou da palavra para referir: *“O tema da auditoria, senhor Presidente, tem a ver com várias coisas que vão desde, coimas e valores que tiveram de pagar à autoridade tributária por IVAS que deixaram de ser investidos na Freguesia, por um Presidente da Junta que estava há tempo inteiro e que anunciou, com pompa e circunstância, que em dois mil e vinte e três começou o trabalho numa imobiliária e também anunciou, quando saiu dela em dois mil e vinte e cinco, o que é ilegal perante a lei, devia estar aqui a tempo inteiro. Vão desde, nos toldos não havia recibos, portanto, nós sabemos que foram 252 000 euros, estamos a falar de mesmo muito dinheiro. Como é que esse dinheiro veio, como é que é pago, como é que é transportado para a Junta, como é que é transcrito para as contas. Vão desde aquele evento que é feito do teatro do Boa Esperança, onde é que estão as receitas desse evento, onde é que revertem e onde é que eles aparecem. No Natal, os Pais de Natal na praia, os donativos que são feitos, onde é que está o dinheiro, em que contas é que têm, que orçamento é que está, neste não aparece. É isto que nós precisamos de saber, carros elétricos que são carregados, é um pormenor. Eventualmente, mas é ilegal. O Presidente da Junta não pode carregar o carro com eletricidade de erário público, é uma coisa básica. Podem-me dizer só são 30 euros. Pois, é o que é! E são estas questões que levam com a aprovação de todas as bancadas, incluindo com a abstenção do PSD, a que seja pedido uma auditoria externa. E Deus queira que esteja tudo bem e que as contas sejam certas e que tudo correu dentro da legalidade. É bom para todos nós. O que sabemos é que no passado, isso aconteceu. Por outro lado, uma auditoria quando aqui falou dos 20.000,00 euros, não é 20.000,00 euros por ano de que auditoria custa! Custa 20.000,00 euros a auditoria para os quatro anos que aqui estão em causa. Quando na conta de gerência nós transportamos 74.000,00 euros no ano passado, este ano, que não foram usados pela Junta de Freguesia, não me parece que sejam esses 20 000 euros que vão causar mocha naquilo que o Senhor Presidente, na última reunião aqui disse, que em vez de se investir na Freguesia, sobraram 74.000,00 euros que não foram investidos. Facto. Obrigado.”* -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PÊRA

Procedeu-se à aprovação da proposta *“Realização de Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia para realização de auditoria externa às contas e atividades da Freguesia de Armção de Pêra”* tendo sido aprovado com: -----

- Votos a favor: 8 (CDU, PS, CHEGA) -----
- Abstenções: 5 (PSD) -----
- Votos contra: 0 -----

Procedeu-se à aprovação da proposta apresentada pela bancada da CDU intitulada: *“Elaboração de Regulamento de Atribuição de Toldos nos apoios balneares explorados pela Freguesia de Armção de Pêra”*, tendo sido aprovada com: -----

- Votos a favor: 8 (CDU, PS, CHEGA) -----
- Abstenções: 5 (PSD) -----
- Votos contra: 0 -----

De seguida colocou-se a apreciação do requerimento apresentado pela bancada do CHEGA denominado: *“Requerimento de acesso a documentos - Inventário de bens imóveis e móveis bem como de todas as concessões desta Freguesia.”* -----

Depois de lido o requerimento a Presidente da Assembleia, Mara Rosa, requereu a palavra: *“Eu solicitava que os requerimentos, propostas, moções, tivessem uma escrita institucional, tal como o senhor Francisco há pouco falou, uma escrita institucional para dignificar esta casa.”* -----

O membro André Rodrigues, da bancada do PSD, pediu a palavra afirmando: *“Boa noite a todos. Na pessoa da Senhora Presidente da mesa permitam-me abreviar os cumprimentos. Relativamente a este requerimento, eu não entendi propriamente o que querem que seja deliberado aqui, no sentido em que enquanto bancada, podem fazer esse requerimento ao Executivo. Não sei se o fizeram ou se não, sendo que são documentos públicos podem pedir para ter acesso. E por isso não entendo porquê, se foi dado desse passo, virmos agora à Assembleia ou concretamente o que é que enquanto Assembleia queremos, sendo que pode ser um pedido feito por vocês enquanto partidos. Efetivamente o que é que queremos em deliberação?”* -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PÊRA

CF
Je
MR

O membro António Morgado da bancada do CHEGA solicitou a palavra esclarecendo: *“Em deliberação temos tudo aquilo que falta, o inventário completo da Junta de Freguesia, desde as cedências das praias, autorização da expansão do Pedro’s Bar, a exploração do restaurante do Carlos, a apresentação das contas que não foi feita que já foi falado aqui. Porque é que não foi? E se é necessário alegar ao Ministério Público ou solicitar uma investigação criminal, por causa da falta de contas de transparência. Portanto, não sei se isto chega para aquilo que irei perguntar.”* -----

O membro André Rodrigues, da bancada do PSD, solicitou a palavra: *“A minha questão é se foi feito esse requerimento ao Executivo. É que tem a legitimidade de pedir diretamente e não através nós estarmos a votar, que você faça um requerimento.”* -----

O membro António Morgado, da bancada do CHEGA, solicitou a palavra esclarecendo: *“O requerimento das contas foi feito. Este, da relação da conversão e daquilo que faz parte da propriedade da Junta, foi posto neste documento que foi solicitado se os partidos tinham alguma coisa para apresentar nesta Assembleia para ser discutido. Portanto, está tudo justificado.”* -----

O membro Mário Nobre de Oliveira, da bancada do PS, solicitou a intervenção: *“O apoio de praia Carlos fica na Freguesia de Pêra, logo não tem nada a ver com a Freguesia da Armção de Pêra. Era bom que o CHEGA percebesse que onde está a Armção e onde está, Pêra. Armção de Pêra é de um lado e o Carlos é do outro, Pêra. É só.”* -----

O membro Francisco Alberto, da bancada da CDU, pediu a palavra: *“Boa noite, senhor Presidente da Assembleia, senhores Membros, junto ao senhor Executivo, Membros, colegas, caros colegas da Assembleia, público em geral. Primeiro, gostava de pedir à senhora Presidente da Assembleia que fosse revista a disposição da sala, porque nunca foi assim. Nunca os membros ficaram de costas para o público, sempre olhos nos olhos, para o Executivo, para a mesa de Assembleia. E agora, foi alterado, eu gostava de pedir que voltasse à primeira forma, se fosse possível, porque não gosto de estar de costas para ninguém. Portanto, vale o que vale, é o meu ponto de vista.”* -----

-

CF
NR
SR



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

Foi colocado à votação o requerimento apresentado pela bancado do CHEGA, tendo sido rejeitado com:

- Votos contra: 7 (PS, PSD) -----
- Abstenções: 4 (CDU) -----
- Votos a favor: 2 (CHEGA)-----

Seguidamente foi apresentada a declaração da bancada do PS denominada: *“Declaração da criação da Freguesia de Armção de Pêra”*. -----

Posteriormente foi lido o documento, *“Saudação ao 52º aniversário do 25 de Abril de 1974”* pela bancada do CDU, que se encontra em anexo nesta ata. (ANEXO II)-----

De seguida, a bancada do PS, apresentou a moção *“Pela promoção de soluções de habitação para médicos no Centro de Saúde de Armção de Pêra”*. -----

O membro Filipe Nunes, da CDU, solicitou a palavra referindo: *“Tem toda a razão o PS, a moção faz todo o sentido. É só dar aqui uma nota, porque vocês também sabem de certeza, o Município até arrenda casas a médicos e nem assim os conseguimos atrair. Este não é sequer um problema só da Armção de Pêra ou de Silves, é um problema, vou dizer nacional, tirando as grandes cidades do litoral. Mas o André até pode falar disso com maior propriedade, mas o município de Silves, arrenda como outros municípios, como quase todos, vamos dizer assim, e mesmo assim é muito difícil fixar os médicos, mas faz sentido a moção.”*-----

Foi colocada à votação a moção da bancada do PS tendo sido aprovada com: -----

- Votos a favor: 7 (PS e PSD) -----
- Abstenções: 6 (CHEGA e CDU) -----
- Votos contra: 0 -----

CF
R
AR



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

Imediatamente a seguir a bancada do PS apresentou proposta “*Criação de uma comissão de segurança pública na Freguesia de Armação de Pêra*” tendo sido aprovada com:

- Votos a favor: 8 (PS, CDU e CHEGA) -----
- Abstenções: 5 (PSD)-----
- Votos contra: 0-----

De seguida, a bancada do PS apresentou a moção “*Pelo 1º de maio, contra a ofensiva laboral e em defesa dos direitos dos trabalhadores*” tendo sido aprovada com:

- Votos a favor: 2 (PS)-----
- Abstenções: 11 (CDU, CHEGA, PSD) -----
- Votos contra: 0-----

Seguidamente, foi solicitada a palavra pela bancada da CDU, nomeadamente pelo membro Francisco Alberto que afirmou: “*Em relação à revisão aqui da sala. Sempre foi assim e acho que deve ser assim. Estamos aqui virados para público de costas e não vejo sentido nenhum, quando temos espaço e podemos pôr isto de forma, a olhar uns para os outros.*” Foi solicitada a leitura de uma Saudação ao 25 de Abril, tendo sido lida pelo respetivo membro. Depois da leitura o membro Francisco Alberto questionou o Executivo: “*Queria fazer uma pergunta em relação a tudo isto, se a Junta de Freguesia por acaso tem agendado ou já lançou alguma coisa para a rua, em relação à comemoração do 25 de abril, havia sempre provas de atletismo, havia sempre comemoração. Obrigado.*” -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Alves, respondeu dizendo: “*Queria informar que as comemorações de 25 de abril foram publicadas hoje, o cartaz está disponível para consulta. Portanto, estão todos convidados, neste fim de semana, a participar nas atividades com exposições, corridas, caminhadas, também outras*”

CP
R
R



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

atividades em colaboração com outras entidades. Portanto, sim, vamos celebrar o 25 de abril. Está disponível o cartaz nas redes sociais, portanto podem consultar.” -----

3. Período da Ordem do Dia: -----

3.1. Informação sobre atividades desenvolvidas pela Freguesia de janeiro a março de 2026;-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Alves, informou os presentes afirmando: *“Nos primeiros meses de mandato, o Executivo focou-se a organizar a casa, a colocar os novos procedimentos de gestão, planeamento e controlo. Uma grande mudança que fizemos foi a alteração do modelo de gestão e, portanto, foram uns meses onde houve muito trabalho invisível, muita reprogramação, muita alteração de procedimentos, muitas situações que foram sendo corrigidas, alteradas. Portanto, foram meses onde arrancamos com a estratégia para este mandato e o novo plano de gestão, onde também implementamos os instrumentos de gestão, a estrutura tecnológica que hoje temos aqui montada também, uma parte dela, sistemas e softwares que foram adquiridos e que estão em funcionamento, o lançamento do projeto Armção Pêra Limpa 365, que iniciou a segunda fase no dia 1 de março, que terá a duração de oito meses, onde vão ser feitos vários investimentos na limpeza urbana, em equipamentos, fardamentos, serviços, tudo o que for necessário para tentar combater este problema que temos que é a questão da limpeza urbana e do espaço público. Portanto, também fizemos aqui alguma definição e revisão de regulamentos internos, criação de regras de recursos humanos, no mercado, equipas operacionais, viaturas. Temos a presença no terreno com ocupação e com as equipas, onde acompanhamos diariamente o trabalho com equipas, onde eu estive presente com as equipas a acompanhar e a perceber em que situações podemos melhorar, quer na limpeza quer nos equipa de jardins. Portanto, fazendo esse acompanhamento diário com a edificação de problemas e com resposta direta no terreno. Fizemos a articulação com o Município de atividades externas. Fizemos também uma série de atividades culturais, desportivas, recreativas, desde já, destacar o Carnaval e outras iniciativas que fizemos, convidamos a comunidade a participar e a*



recuperar o espaço público com a pintura do largo da Junta de Freguesia e outras pinturas que estavam grafitadas. Também fizemos atividades na Páscoa em parceria com outras entidades e, portanto, fizemos uma série de atividades e celebramos também várias datas comemorativas. E, portanto, fizemos também o lançamento do novo site e a aplicação de report ocorrências, foi uma alteração estrutural profunda que fizemos. Eu diria que fizemos mais alterações profundas e programas estruturais nestes primeiros meses do que possivelmente no último mandato. Portanto, foi uma situação onde quisemos pôr a nossa visão ao serviço das pessoas, reconhecer o que estava para melhorar, melhorámos. É um caminho que estamos a fazer, que vamos continuar a fazer e que a partir de agora, à medida que os investimentos forem feitos e que a operação seja mais evidente e que os procedimentos sejam mais factuais no terreno, será notória essa evolução, esperemos que positiva. Claro que estes modelos estão sempre em análise, estão sempre em revisão, há sempre modelos que podemos rever, replicar, melhorar. Portanto, contamos com a ajuda de todos, dos membros da Assembleia, da população, de todos os que nos encontram na rua e fazem propostas e quero agradecer por isso também. É muito importante que todos participem de forma construtiva e participativa neste processo que estamos agora a implementar. Portanto, esta é a informação que temos de atividades.” -----

3.2 Análise e deliberação da conta gerência 2025; -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia tomou da palavra afirmando: *“Informar que hoje temos aqui presentes a nossa empresa de consultoria de financeira e de gestão, estará disponível também para responder algumas questões e quero também que faça aqui uma breve apresentação do plano de contas, de saldo de gerência e da apresentação de contas 2025. Também que dê conhecimento a esta Assembleia do ponto de situação dos orçamentos da auditoria que foram pedidos, para que faça também essa questão. Portanto, eu agora vou fazer aqui uma breve apresentação e, de seguida, convidava o nosso consultor, doutor Nelson Trindade, a qual agradeço, e depois a fazer aqui esta atenção. Este ano de 2025 foi, garantiu pelo menos contas equilibradas,*

CF
10
592



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

resultado positivo e estabilidade financeira. Agora, o objetivo é que em 2026 possamos pegar neste saldo e pôr ao serviço da comunidade, ao serviço das pessoas, ao serviço dos objetivos de todos os Armacenenses, que é melhores condições para a limpeza urbana, para os nossos trabalhadores, para que possamos também fazer investimentos no espaço público. Portanto, dizer que a receita executada ficou cifrada nos 867.500,00 euros, ou seja, 94,75% da execução feita em receita. A despesa executada cifrou-se nos 792.856,00 euros em 86.60% da despesa executada, o que resultou num resultado positivo de sensivelmente 74.634,00 euros. Com as operações de tesouraria que foram implementadas, sobra por um saldo de gerência, ou seja, o saldo transitar para este exercício de 2026 de 66.376,60 euros. Convidava o doutor Nelson Trindade, a acrescentar aqui mais alguns pontos. O nosso consultor, o qual agradeço a sua deslocação até ao Algarve, uma empresa que é sediada em Coimbra, que acompanha várias Freguesias do nosso país e que foi também escolhida para apresentar as nossas contas.”-----

Foi dada a palavra ao Senhor Nelson Trindade, consultor Financeiro da Junta de Freguesia, que informou: *“Nós fomos contratados em novembro, revimos o ano 2025, apesar de a nível da responsabilidade aparecer aí no novembro porque foi a data em que nós fomos contratados. A nível de contas temos um orçamento inicial de 875.000,00 euros, números certinhos, vocês já foram ver que este ano eu não apresento números certos, dá sempre aqui mais uns cêntimos. Foi finalizado com 915 e segundo o que aqui consta, temos uma taxa de execução de 94% a nível da receita, 86.60 % a nível de despesa. Referir que, eu vou falar na despesa contabilística. Politicamente vocês depois podem dizer, esta despesa é justa, não é justa, aí depende dos vossos critérios. A nível de taxa de execução não foram arrecadados 48.063,00 euros a nível de receita, equilibrado entre receita corrente e receita de capital, 23.000,00 euros em receita corrente, 24.000,00 euros em receita de capital. Despesa, fundamentalmente esta Freguesia está com 95% da sua execução em despesa corrente, ficou com 760.665,13 euros e, em contrapartida, recebeu 809.367,35 euros em receita corrente. Aplicou a nível*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

de investimento 32.191,32 euros. Ficou por executar 122.000,00 euros a nível do orçamento. Depois podem ver no quadro 4, a nível de relatório em que indica qual foi a nossa poupança corrente, ou seja, a receita corrente cobrada face à despesa corrente paga, 48.000,00 euros. Deste valor foram aplicados 32.000,00 euros em despesa de capital, sendo recebidos 17.000,00 euros ficou por aplicar 14.000,00 euros. É aqui o único handicap. Saldo de gerência que transitou de 2024, 40.564,00 euros, saldo orçamental 74.644,00 euros. Operações de tesouraria. Existem e depois se o senhor Presidente me permitir, eu, para além da auditoria, vou falar do Tribunal de Contas, se não houver inconveniente. Nestas Operações de Tesouraria já existe um valor de 4.700,00 euros, que eu ainda vou tentar descobrir do que é. O Tribunal de contas já veio falar alguma coisa disto, mas tem alguma coisa a ver com o saldo de vencimentos, que é algo que eventualmente vai ter de sair. Neste valor e porque eu não gosto de trabalhar com situações bancárias de 2022, aquele valor que está por identificar, está em Operações de Tesouraria, daí que nesta situação o resultado positivo de 74.644,00 euros para saldo de gerência de 66.376,00 euros tem a ver com essa justificação. Está identificado, vamos ver o que é vai acontecer. Estamos também, e acabámos com isso, com a PRIO, que era uma situação que quando eu peguei nas contas não percebi nada daquilo. Ainda vou analisar a conta corrente, porque tenho saldos a transitar todos os meses, mas está identificado, vamos perceber o que é que se passa. Por isso, saldo para o exercício seguinte, 66 376,00 euros, este é o valor que poderá ser utilizado numa futura revisão, caso vocês aceitem positivamente estas contas. A nível de receitas, quadro número 7, sinteticamente, depois se vocês tiverem alguma questão. Temos os impostos, representam, neste caso estamos a falar de IMI, 41.000,00 euros, taxas 100.986,41 euros, rendimentos onde se inclui a parte da praia, 252.853,00 euros. Estamos a falar de taxas de execução de 99%, transferências concorrentes e degrau e Câmara Municipal de 395.962,00 euros, vendas de bens 18.316,70 euros. Depois temos a nível de despesa corrente de despesa na sua totalidade, que está sintetizada no quadro 13, em que temos 511.997,46 euros em despesas com pessoal. Dentro disto estão as despesas com a praia, com Nadadores-Salvadores, em que periodicamente são suportadas despesas com o

CP
BR



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

peçoal naqueles meses. Aquisição de bens e serviços, 125.000,00 euros. Estamos a falar de 15 % do nosso orçamento e as despesas com peçoal de 64%. Depois temos Transferências Correntes, apoio às Associações, com 30 894,82 euros, representam 3.9% do orçamento, e outras Despesas Correntes onde se inclui o IVA e onde se inclui as atividades recreativas e de âmbito mais festivo, onde o orçamentado de 124.439,16 euros foram executados 91.781,22 euros, representando 11.58%. Por isso, um total de 792.856,45 euros para uma execução de 86.60%. Globalmente estas são as contas. De referir que eu contava de vos conseguir apresentar um orçamento para auditoria. Se não for hoje, eu penso que amanhã vou receber isso. Ele vai ter duas amplitudes, pelo que eu percebi vocês querem que seja a segunda. Uma seria só para análise das contas dos últimos quatro anos, a outra as contas e alguma legalidade na própria execução. Em todo o caso, é um orçamento, eu recomendo que arranjem mais porque não é fácil arranjar auditores que se prestem a esta situação e a pessoa que eu vou arranjar é do Porto, o que a nível de deslocação pode encarecer um bocadinho mais. A nível de valores, não sei que valores é que a pessoa vai apresentar, mas eu chamava só a atenção para o regulamento do Tribunal de Contas, decreto-lei 66/96 de 31 de maio, em que no seu artigo nono, número 5, diz que os emolumentos previstos para processos de revisão de contas, e antes diz que pode ser 1% da receita, mas o número 5 diz que no mínimo, o valor mínimo são 5 vezes o índice 100 da comissão pública. Estamos a falar de 6000 euros, segundo agora a nova tabela salarial 6 200,50 euros. Estamos a falar dum custo, se for o Tribunal de Contas de 30.000,00 euros por ano, mínimo. Por isso aquilo que nós estávamos a falar dos 20.000,00 euros poderá não estar, mas é ter atenção, não quero comprometer, mal chegue aquele orçamento, remeto para a Junta de Freguesia, a Junta remete-vos, a decisão final é da própria Assembleia. Depois, de referir que nem de propósito estava eu hoje com o com o Presidente a ver a questão do Tribunal de Contas e eventualmente até do próprio Tribunal de Contas fiscalizar, quando nós apanhemos aqui com um pedido de resposta de 20 questões às contas de 2024. Desde contratação pública, desde procedimentos no base.gov, desde mapas que não estão corretos. Atas, fundamentalmente são atas, por isso vamos ter de pedir aqui alguma colaboração à



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

própria Assembleia e onde está também nomeadamente aquela questão da conciliação bancária. Por isso, são situações que o Tribunal de Contas está a ver. Ou seja, vocês podem ficar descansados porque efetivamente o sistema funciona. E nós vamo-nos pôr a par do que é se passa. Por isso, alguma questão que tenham que eu possa responder tecnicamente, cá estou, politicamente cá está o Presidente.” -----

O membro Filipe Nunes, da CDU, solicitou a palavra afirmando: “Eu nem sei bem por onde é que começar. Isto é desde já muito confuso. Quem eu esperava ouvir era o Presidente da Junta de Freguesia, sem desprimor pelo trabalho do senhor consultor, de todo. Mas o Tribunal de Contas revê se a Conta de Gerência, em princípio, for reprovada, o que aparentemente não vai ser o caso. Mas há aqui coisas que me deixaram mesmo muito confuso. Foi impressão minha ou o senhor disse há pouco que não se faz ideia onde é que estão 8.267,57 euros? A conta tesouraria. Falta explicar esses valores. Ou eu ouvi mal, que ainda tinha de apurar de onde vêm esses valores e onde é que estão esses valores. Faz-me mesmo imensa confusão!”-----

O consulto Financeiro, Nelson Trindade solicitou a palavra esclarecendo: “Eu, se calhar, não me expressei bem. O próprio pedido do Tribunal Contas, e isto o Executivo não tem culpa, as contas foram tecnicamente mal feitas. Ou seja, há mapas que foram apresentados com lacunas e que no cruzamento que o Tribunal de Contas fez, pela análise que eu já fiz, permitiu que eles tivessem alguma desconfiança por isso. É um outro software, razão para que nós mudámos o software, foi uma das questões que quando eu aqui entrei, pedi logo para mudar o software. É algo que depois me permite, até porque nós temos depois acesso aos vários anos, voltar atrás, perceber o que é que se passa. Sobre as operações de tesouraria, aquilo que eu queria dizer era, quando nós temos algo, e perdoem a palavra que eu vou falar, mas que lá em Coimbra é muito é muito habitual isso. Quando eu tenho em operações de tesouraria um valor caucionado, ou seja, um valor que já tem vários anos, em que diz STAL, de 2.111,63 euros. Redução/suspensão do subsídio de férias, de 2.607,71 euros. Ou seja, eu sei o que é, mas não

CF
10
102



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

percebo. Porque é algo que não devia aqui estar. Nem é custo, nem é pagamento, nem é receita. É isto que eu estava a dizer. É algo que eu tenho de ir perceber quando é que veio e pelos anos que tem, já nem devia estar. Não sei se me expliquei.”-----

O membro Filipe Nunes, da CDU, interveio afirmando: *“Este é o motivo por que a auditoria é preciso. Ou seja, se o próprio Tribunal de Contas tem dúvidas, imagine nós. Não estou sequer a dizer que não está a fazer o seu trabalho. Por exemplo, o saldo das operações de tesouraria que é negativo, ele ou é positivo ou é nulo? Ele negativo nunca pode ser. Certo? Ora, se ele é negativo e o próprio senhor não percebe porque é que ele está aí, como é que nós vamos perceber? Ou os cidadãos, não é? É este passado, mesmo que o Tribunal de Contas fale de 2024, mas há coisas que é preciso esclarecer para que no futuro não volte a acontecer.”* -----

O Senhor Nelson Trindade, contabilista Financeiro da Junta de Freguesia interveio: *“Atenção que isto poderá não ser nem de 2023, nem de 2022.”*-----

O membro Filipe Nunes, da CDU, respondeu dizendo: *“O que for. É preciso é esclarecer. Há pouco, um cidadão residente de Armção de Pera questionou o porquê auditoria. Eu acho que as suas palavras explicam porquê. Se faltavam argumentos, nós quase nem precisamos de falar. Estou correto.”*-----

O Senhor Nelson Trindade, contabilista Financeiro da Junta de Freguesia, afirmou: *“O próprio tribunal já vai questionar isso”*-----

O membro Filipe Nunes, da CDU, interveio afirmando: *“De um ano! E os outros? E os outros? Percebe? Mais, no mandato anterior, o atual Presidente da Junta de Freguesia era o Tesoureiro. Se ele próprio não consegue explicar as contas, imagine nós. Senhor Presidente, não fui eu que coloquei o senhor aí.”*-----



O Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Alves, respondeu: *“Agora, em intervenção política, essa parte é para mim. Estou a esclarecer que a nossa primeira opção de gestão foi trocarmos de empresa que nos fazia consultoria financeira e foi trocar software. Porque isto é um erro de softwares. É um erro de softwares, é um erro de má informação financeira identificada e colocada nos mapas está a gerar estas dúvidas. E nós estamos de consciência tranquila porque realmente isto é uma alteração de softwares, de um software que era muito antigo, que pode ter as suas valências boas, positivas, mas que necessitava de ser alterado. Foi isto que este Executivo disse logo no primeiro dia, na sua proposta de campanha, é que íamos mudar o software. Isto está escrito em todo o lado. Porque nós sabíamos que este software causa alguns problemas, certo? Então nós estamos disponíveis para os membros que receberam a nova documentação, o novo software, é muito mais claro, tem muito mais informação, é muito mais completo. E é essa questão que é preciso só agora casar, que é a situação de uma alteração dos mapas que eram gerados de uma forma, que agora são gerados de outra, de um software que era antigo. Nem falando dos anos noventa, como é que seria, em folhas de Excel, em registos. A questão é essa, é que muitos dos procedimentos que nós tínhamos aqui, e isto falando antes de 2013 e antes e durante o processo, que foi esta última década, foi um processo de digitalização dos procedimentos, das normas, dos softwares. O que estamos aqui a tentar a fazer e estamos disponíveis para isso, não há nenhuma questão a levantar, nenhuma suspeita. Por isso é que estamos aqui a trazer um consultor para ser claro e para vos dizer quais são as questões para resolver e nós estamos cá para resolver. Foi este Tesoureiro, este Presidente que antes era Tesoureiro, que começou a digitalizar pagamentos, que antes não havia digitalização de pagamentos. Foi este Tesoureiro que, quando as finanças fizeram a validação das contas, foi este tesoureiro que impôs as recomendações pela autoridade tributária e estão em vigor. Foi este tesoureiro que está a resolver muitas situações. E esta é a minha missão e desta equipa. Portanto, o que quero esclarecer e estou disponível, o doutor também já colocou o seu telefone e o seu email também para colocarem questões, está nesse documento. Estamos cá e não temos receio de auditoria. O que nós queremos é pôr as coisas*



certinhas para que não haja suspeitas, porque ninguém se mete na política para entrar em enredos e problemas. Falo, pessoalmente por mim, e pelos meus colegas. E o que nós queremos, quando chegamos aqui, o que é há para resolver? Há isto, isto, isto, isto e vamos resolver. Tanto que, nas reuniões que tivemos, sempre foi esta postura. Falou-se da aplicação, vamos fazer, mudar software, vamos mudar. Mudar o novo site para ter a informação mais qualificada, vamos mudar. Se há coisa que não pode acusar este Executivo é de não ser transformador e de querer mudar as coisas. A vida pública tem os serviços e virtudes. E eu acredito sempre, isto foi uma frase que eu já ouvi em muitos lados, que as pessoas no passado fazem o que podem com o que têm, com as ferramentas que têm, com a informação que têm, com a capacidade que têm, com as equipas que têm, com os problemas herdados que têm. Agora, nós não negamos esses problemas, sabemos que existem. Estão identificados! Vamos resolver. E, portanto, esta responsabilidade que nós temos perante todos e digo, claramente, vamos fazer a auditoria, vamos pôr as coisas em contas, vamos responder ao Tribunal de Contas e isso vai ser tudo certinho. Eu, pessoalmente, enquanto Tesoureiro do último mandato, o que eu posso dizer é, eu, tudo que foi para mudar positivo, fui eu que mudei. Tudo. Novos procedimentos e depois há-de alguém continuar este trabalho porque há sempre leis a alterar, há sempre normas a mudar. Tivemos em 2020 a alteração do regime contabilístico, foi um processo também difícil. Agora, em 2026 temos aqui um desafio pela frente em que vamos, aquilo que eu disse, vamos contratar o ROC, que ele possa acompanhar as contas numa forma certinha, sem grandes invenções ou sem grandes problemas. É isso que nós queremos e estamos aqui disponíveis para isso. E o eu quero que saia desta Assembleia, que este Executivo está comprometido com a transparência, está comprometido com a transformação, está comprometido com o resolver problemas que temos para resolver. Não os negamos, foram aqui ditos, todos. Ninguém escondeu nada. Está limpo, mostrado a todos. O nosso compromisso, e eu convido os membros da Assembleia a fazerem parte da solução. E parte da solução é como têm feito, apresentando propostas, apresentando as suas ideias, nós acolhemos essas ideias. Aliás, recordo que na minha tomada de posse eu disse, este deixaria de ser um programa do



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

PSD e seria um programa de todos, os Armacenenses. E é isso que eu quero que seja. E eu sempre fui leal, sempre fui leal nas reuniões convosco, sempre. Mesmo que isso traga problemas políticos, não tenho problemas com isso. Estou cá para ter coragem política. Coragem política é isto, dar a cara, identificar os problemas e resolvê-los. Estamos cá!”

O membro Filipe Nunes, da CDU, pediu a palavra afirmando: *“Fico feliz por esse entusiasmo e por se vangloriar das coisas que fez no passado, ignorando aquelas que também não fez. A Junta de Freguesia de Armção de Pêra foi multada pela Autoridade Tributária, não foi culpa minha de certeza.”*

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Alves, respondeu: *“Também não foi minha, que ainda não era nascido sequer.”*

O membro Filipe Nunes, da CDU, interveio afirmando: *Isso são contas de outro Rosário. Agora, não precisa de falar do que está a fazer ou do que está a deixar de fazer, estamos a falar de contas. E a própria pessoa, que o senhor Presidente chamou para estar ao seu lado direito, tem dificuldade em explicar algumas ou em pô-las no sítio certo. Essa responsabilidade não é nossa. Nós podemos depois dizer que estamos pelos Armacenenses, queremos fazer tudo em prol dos Armacenenses. Isso é um discurso que já começou a fugir das contas, contas, contas.”*

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Alves, interveio: *“É uma questão técnica contabilística, que está aqui a ser resolvida.”*

O membro Filipe Nunes, da CDU, interveio afirmando: *“Contas. É isso. E que vamos ter de tentar perceber as contas. É só isto! Eu não estou aqui a dizer mais nada, percebo a parte do programa e do entusiasmo, mas isso já é divagar por outros caminhos, temos tempo provavelmente, hoje não devemos ter, espero eu, senão ficamos a dormir aqui, mas agora estávamos mesmo a falar só de contas. Os Armacenences participam todos,*



a Assembleia também, mas são contas e as contas não são claras e se não são claras para vocês, imaginem para nós. É só isto!"-----

Foi colocado à votação a conta de Gerência 2025, tendo sido aprovado com:

- Votos a favor: 5 (PSD);
- Abstenções: 6 (CDU e PS);
- Votos contra: 2 (CHEGA).

O membro Filipe João Osório Almeida Nunes, da CDU, apresentou declaração de voto, a qual se encontra anexa à presente ata (ANEXO III).-----

3.3 Informação de Execução Orçamental de janeiro a março de 2026;-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia tomou da palavra informando: *"A execução orçamental de janeiro a março segue a sua norma normal daquilo que é a tendência sempre no primeiro trimestre, uma execução da receita de 14.28%, uma execução da despesa de 14.85%, com ligeira despesa superior à receita, num resultado do período de menos 5.231,58 euros, englobado num saldo global com gerência de 56.145,02 euros. Portanto, é uma execução que está alinhada e que os membros que cá estavam antes conhecem que a nossa maior execução é realizada no terceiro e quarto trimestres, quer da despesa quer da receita. Portanto, estamos mais ou menos alinhados com aquilo que é a normalidade da execução, sendo que rapidamente ela será equilibrada nos próximos dois trimestres. Também dar a comunicar os saldos em bancos a 14 de abril de 2026, na Caixa Geral de Depósitos a Junta de Freguesia tem nos seus cofres 52.897,75 euros, no Crédito Agrícola cerca de 31.156,68 euros, totalizando o valor de 84.054,53 euros. Dar nota que a Junta de Freguesia encerrou a conta que era titular do Banco Santander Totta. Era um banco que era normalmente utilizado para fazer depósitos. Esse banco como mudou de localidade, fechou e foi para Lagoa. Decidimos que não faria sentido manter este banco ativo e, portanto, esta é a razão pela qual nós fechamos essa conta bancária e que totaliza este valor"-----*

CF
10
5/2



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

Não houve intervenções das bancadas.-----

3.4 Informação do inventário do Património;-----

O Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Alves, informou os presentes: *“Todos os membros receberam a documentação mais exausta, dizer que este inventário tem na sua totalidade bens móveis, cerca de 98%, depois o restante separado por bens imóveis e veículos. Sendo que este inventário é um documento que está constantemente em atualização, há investimentos que vão sendo realizados ao longo do ano, às compras e abates que vão ser registados. Portanto, a informação foi disponível, os membros têm conhecimento de todos os imóveis, os bens que a Junta de Freguesia tem na sua na sua esfera e, portanto, estou disponível para alguma questão que queiram colocar”.*-----

O membro Mário Nobre de Oliveira, do PS, solicitou a palavra questionando: *“Eu tenho aqui uma dúvida que me apareceu, que eu já consultei isto duas ou três vezes, e não vejo como bem imóvel, o bar do Pedro. Não aparece aqui. Aparece o Posto de Socorro, mas não aparece o bar do Pedro. Não sei se faz parte ou não da Junta de Freguesia. Fiquei com dúvidas. E depois, a questão das papeleiras que estão, isso a questão das papeleiras dou de barato. Agora, a minha questão são as espreguiçadeiras. Houve espreguiçadeiras que estão a fazer de recife. Estão no recife. E estas não aparecem aqui, com certeza, estas não podem ser inventariadas e não sei quantas são, não faço a mínima ideia. É uma questão, também, de se perguntar. O senhor Presidente talvez saiba. Agora, em relação àquilo que me fez confusão mesmo foi esta questão do bar, do bem imóvel. É que aparece o Posto de Socorro mas não aparece o bar do Pedro.”*-----

O membro Filipe Nunes, da CDU, solicitou a palavra referindo: *“É parecida a questão, mas não é tanto o Pedro, isso está na página 22, certo? O Posto de Primeiros Socorros com o valor da aquisição de 73.924,00 euros. Parte do princípio de que isto não deve ser valor da aquisição, deve ser valor patrimonial, diria eu, eventualmente. Este edifício é da Junta, então, não é? Chegámos à conclusão de que o edifício é da Junta de Freguesia e*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

não é da Vila Vita. Ele está junto, há essa dúvida e ficamos felizes por a Junta de Freguesia efetivamente reconhecer que aquilo pertence à Junta, como sempre dissemos. Outra situação é, como é que, se o edifício está devidamente legalizado, regularizado, em termos prediais, contratos ou simplesmente aparece aqui, que diz valor da aquisição e não diz valor predial, portanto, é pouco claro. Mas ficamos felizes com isso, que o edifício seja assumido que é da Junta de Freguesia. Ficamos contentes” -----

O membro António Morgado, da bancada do CHEGA, solicitou a palavra mencionando: “Já agora essa questão já tinha sido colocada e julgo que há documentos sobre isso. Falta esclarecer a ampliação do espaço desse mesmo bar que estamos a falar tanto para o lado da praia como para o lado da estrada. Além do contrato em si, da exploração desse espaço.”-----

O membro Francisco Alberto, da CDU, solicitou a palavra referindo: “Era só perguntar, também, se houve a quem foram pedidas as autorizações para acabar com o vestiário, com os chuveiros, com todas essas coisas e se existe documentos com as mesmas autorizações. Porque isso, ao serem pedidos autorizações e serem registados, têm de ser dado conhecimento à Assembleia. Como sabem, a Assembleia é um órgão soberano.”--

O Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Alves, tomou da palavra esclarecendo: “Primeiro eu quero agradecer aqui as questões por causa dos vários membros. Eu vou juntar na mesma, até porque todas se tocam. Dizer que esse património, quando foi doado à Junta, eu tinha acabado de nascer. Portanto, veio dum processo antigo, dum processo complexo de toda aquela zona em que existem atas que fazem doação desses edifícios e existem acordos feitos pelos antigos Presidentes na altura. E quando eu disse há bocado, as pessoas faziam o que podiam, com o que tinham e com as ferramentas que sabiam usar na altura. Portanto, muitas das coisas foram feitas ou de boca ou foram registadas ou foram doadas ou foram entregues numa forma informal. Portanto, há aqui uma ausência de formalismo desses procedimentos. Daquilo que nós já estamos a



CF
NR

recolher, toda essa informação que depois será enviada para todos os membros para terem conhecimento desse processo todo que vem dos anos setenta e qualquer coisa, não sei de memória. É um processo que é antigo, é complexo, dizer que aquilo que eu tenho de conhecimento, todas as autorizações que foram desde a ocupação da via pública, a ocupação do espaço de esplanada, todas elas foram documentadas. Dizendo que a via pública não é responsabilidade nossa, mas em todo o caso vamos pedir informação, ou toda a informação que o arrendatário tenha nesse espaço que nos possa facultar para podermos também analisar. Também tentar recorrer a documentação, temos tentado recorrer a documentação aos antigos contratos que foram feitos e adendas ou contratos. Dois deles estão colocados online, estão no nosso site. Há outros, desde as autorizações que estão escritas ainda, que lá está em formato de papel, não existe, não foi digitalizado. Há procedimentos que, uns que foram perdidos, enfim, outros que estamos a recuperar. E, portanto, estamos nesse processo de recolher toda a informação desse património que está em falta, nomeadamente o edifício da Cruz Vermelha e o edifício do Pedro. Desses documentos todos, aliás até já entramos em contacto com a questão da Cruz Vermelha para se celebrar um protocolo de cedência daquele espaço porque nunca foi formalizado, a verdade é essa, nunca foi formalizado desde os anos 2000, atrás, não sei, nunca foi formalizado, foi entregue de boca e, portanto, é preciso dar legalidade, dar formalidade. É isso nós vamos fazer também, já demos esses espaços nessa direção. Mais uma vez, estamos numa fase onde a documentação está dispersa, lá está as questões que nós falamos aqui dos mapas, das documentações. Estamos a falar dos anos noventa em que não havia registos, não havia, ou o que havia eram perdidos ou que não sei. Portanto, há aqui uma série de documentos que estamos a recuperar e que vamos depois tentar, também, remeter à Assembleia essa documentação que for recolhida durante este processo. Relativamente às camas do Recife, que estão a fazer de Recife. Portanto, elas neste momento foram inventariadas e ainda não constam deste documento, mas posso dizer que, na sua fase, antes daquela questão da perda, cifraram-se cercadas 400 e poucas e neste momento são 315 ou 320. Ainda estamos aqui a ver alguns armazéns que possam ter algumas ainda, por isso é que

CF
10
12
13



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

este processo ainda não está disponibilizado, mas dizer que elas na sua totalidade são 400 entre aquelas que são usadas e as que ficam na reserva, entre aquelas que estão danificadas e que estão inutilizáveis ou que estão para reparação, são cerca de 400 e qualquer coisa. Neste momento temos 315 ou 20 que estão identificadas. E aí assim que esse inventário esteja concluído, também será incluído neste procedimento de inventário. Além de outras questões que ainda estão em eventos ser inventariadas.”-----

O membro Francisco Alberto, da CDU, solicitou a palavra afirmando: *“Queria também alertar para, no futuro, e uma vez que hoje temos a meteorologia que está a atualizar minuto a minuto, que seja levada em conta as previsões, que isto podia ter sido evitado, esta perda de espreguiçadeiras e do prejuízo que existiu, não é? Podia ter evitado se tem sido respeitado. Porque foram várias semanas a dar o temporal, os outros concessionários recolheram, apanharam e ali na República das Bananas está tudo bem, São Pedro vai proteger aquilo, porque é da Junta. Só que, mais uma vez, a Junta teve um prejuízo muito grande e não há ninguém que seja responsável. Não quero responsabilizar ninguém, quero sim pedir que no futuro haja cuidado e atenção às previsões meteorológicas.” -----*

4. Período depois da Ordem do dia; -----

4.1 Questões a colocar pelos membros da Assembleia de Freguesia ao Executivo da Junta de Freguesia; -----

Foi aberto o período para questões dos membros da Assembleia, tendo-se inscrito membros de diferentes bancadas. -----

O membro Filipe Nunes, da bancada da CDU, solicitou a palavra, tendo questionado: ---
“Como é que vai ser este ano com os nadadores-salvadores, pela segurança obviamente, e se está assegurado, se vão ser novamente uma empresa externa, se vai ser o Executivo da Junta a contratar Nadadores-Salvadores para fazer esse trabalho. E por último, quem são os funcionários que trabalham na área da multimédia, ou seja, fazem os vários vídeos e que fazem os vários momentos de acompanhamento ao Executivo da Junta de



CC
W
TR

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

Freguesia, qual é o vínculo que tem com a Junta de Freguesia, se foi aberto concurso ou não, de que forma é que foram escolhidos.”-----

O membro, Mário Nobre de Oliveira, da bancada do PS, solicitou a palavra, tendo observado: “O que é que a Junta de Freguesia vai fazer junto da Câmara para resolver o problema da calçada junto ao casino, na avenida General Humberto Delgado, na rua das Caravelas, eu dou de barato, eu vejo porque hoje já vi que eles já foram lá pôr as ilhas ecológicas, já estão a começar a preparar isso, mas eu estou convencido que até o final do mês de maio fica pronta aquela parte da rua de D. João II. Agora, eu não vejo a E-Redes a resolver o problema da calçada. No outro dia, eu assisti a uma cena, e isto veio a propósito da segurança, no supermercado do Intermarché, que é ao lado do meu escritório, numa sessão de pancadaria entre o senhor que estava na caixa e um indivíduo que estava lá a roubar, forte e feio, pegaram na calçada e só faltou andarem à rebolada, como se dizia antigamente, um e outro. Por isso, aquilo é perigosíssimo, neste preciso momento. É um perigo. Aquela calçada como está é perigosa, eu já fiz essa pergunta duas vezes, por escrito, à Assembleia Municipal e foi-me respondida de transvés, assim de ladecos. Não quiseram responder. Diz que é uma obra da E-Redes e com o empreiteiro. Isso não é solução. E solução? Obra da E-Redes com o empreiteiro? A Câmara tem de dizer alguma coisa. Quem licenciou aquilo foi a Câmara! Diz lá, treze do sete de dois mil e vinte seis. Era para ficar pronto em treze do sete de dois mil e vinte seis. Pelos vistos o casino também não vai abrir. Porque aquilo está tudo dependente das cabelagens a passarem umas para as outras, não é? Desde o PT que lá está colocado até aos outros PT’s todos e a distribuição daquilo tudo. É uma coisa incrível, não se consegue perceber o que é que a Câmara vai fazer perante esta situação. Eu já fiz duas vezes, volto a repetir, fiz duas vezes a mesma pergunta à Câmara Municipal por escrito na Assembleia Municipal e o senhor vereador Tiago Raposo não me soube responder ou não quis responder, que isso é o que é mais grave.”-----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia esclareceu ao membro Filipe Nunes, da bancada da CDU:-----

“Em relação à questão da praia. Portanto, é uma questão que precisava de ser clarificada e ser um processo a ser melhorado. É um desses processos que precisam ser intervencionados. Portanto, aquilo que vamos fazer é seguir as boas práticas, ou seja, vamos contratar uma empresa especializada, vamos responsabilizá-la, no caso de haver intempéries, tempestades, responsabilizá-la por recolher e condicionar o equipamento, por montar e desmontar e, portanto, é uma situação que vai decorrer à semelhança do que já acontece com outras entidades públicas, Câmaras municipais, em que recorrem não diretamente a funcionários em contratação pública da Junta de Freguesia, mas sim através da prestação de serviços especializados. Portanto, esse é o modelo que vamos seguir, é mais seguro em termos de procedimentos, em termos de legalidade, para que isso possa também ter acentuação no caderno de encargos de proteção, em casos intempéries, de perda de material. Em relação ao trabalho multimédia, portanto, a Junta de Freguesia neste momento tem um funcionário multimédia e está a desenvolver procedimento para contratar um segundo. Portanto, prestação de serviços, duas pessoas, uma delas é a Cátia Rodrigues, é jornalista, e outro que será o Diogo Carvalheiro, portanto, que é técnico de marketing e comunicação e que o procedimento está a decorrer neste momento. Neste momento só temos um que é a Cátia Rodrigues, e esperamos ter mais um brevemente.” -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Mário Nobre de Oliveira, da bancada do PS, o Sr. Presidente esclareceu: -----

“A questão da calçada realmente, como já referi, é uma questão que é importante, que esteja resolvida pelo menos antes da época balnear. Vou tentar questionar o vereador em questão, o doutor Tiago Raposo e os serviços municipais que se possa encontrar aqui uma solução que seja conjunta ou Municipal ou de serviços a que se possa recorrer para que se possa, de facto, resolver a questão das calçadas que são um problema recorrente, sobretudo nesta fase onde a E-Redes está a proceder a estas reparações e que, pronto,

CF
NR

CF
R
R



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PÊRA

são necessárias.”-----

O membro Mário Nobre de Oliveira, do PS, solicitou a palavra mencionando: -----

“O problema é que a rua D. João II, aquela parte do troço vai ficar pronto. No final do mês de maio, princípios de junho, porque a Câmara Municipal como o senhor Presidente sabe, a partir do dia quinze de junho deixa de querer obras em Armção de Pêra. Não se fazem obras nas ruas. Eles levantam, raiais e só aparecem em setembro. E o que é que vai acontecer? A E-Redes, vai deixar aquilo que lá está, não vai mexer naquilo porque, por vontade, eu estou a ver que eles não vão fazer nada e aquilo vai lá ficar. Quer dizer, fica uma parte da rua feita e o restante fica por fazer. E aquilo não são pedrinhas, são calhaus daqueles grandes, rebolos, rebolos.”-----

O membro Filipe Nunes, da bancada da CDU, interveio questionando: -----

“Mas a Junta de Freguesia precisa de 2 técnicos multimédia? Prestação de serviços é recibos verdes, certo? Quanto é que custa? Esse dinheiro não seria melhor aplicado noutras coisas, como eventualmente contratar mais um funcionário para limpeza urbana? Dois técnicos de multimédia? É, lecas. Mas ficará para outra altura. Mas era importante saber qual é o custo? Para quê? O tempo inteiro duas pessoas? Multimédia? Seria interessante perceber, não levem a mal. Percebo os vídeos de vez em quando, mas dois?”-----

Para responder à questão colocada pelo membro Filipe Nunes, da CDU, o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente expôs o seguinte: -----

“Anteriormente ao ano dois mil, havia uma técnica, funcionária na área da comunicação que tinha um salário de mais ou menos 900,00 euros, quase 1.000,00 euros. Aqui a necessidade não é dois técnicos a full-time, são dois a part-time. Portanto, é o mesmo valor, mas dividido por dois. O que estamos a fazer é trocar um recurso por dois com competências diferentes. Portanto, são trabalhos diferentes são com competências diferentes, é como contratar, em vez de termos um funcionário como compensa, temos

CP
ko
na



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

dois com dois contextos diferentes. -----

O membro Filipe Nunes, da CDU, acrescentou a seguinte informação: -----

“São doze mil euro por ano? Dez mil euros por ano? Para fazer vídeos? Não levem a mal. Há coisas muito difíceis de entender.”-----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia esclareceu o membro Filipe Nunes, da bancada da CDU, afirmando:-----

“Eu posso mostrar as contas, mas é menos que dez mil euros. Eu só vou esclarecer que não serão só vídeos e depois essa comunicação será pública, portanto, e está numa fase inicial. Portanto, é um serviço como todas as Freguesias e todas as Câmaras e todas do concelho, concelho e até do Algarve têm esse serviço de comunicação. Em vez de contratar um técnico, uma pessoa, contratar uma prestação de serviços e dizer ainda que o senhor membro pode não concordar, mas é uma opção, é uma opção. Estamos disponíveis para mostrar as contas, para saber os procedimentos, mostrar tudo isso. É uma opção de gestão, sabemos que a limpeza urbana está adstrita àquilo que é os contratos administrativos que define um valor que pode ser gasto naquela situação.” --

O membro Francisco Alberto, da bancada da CDU, solicitou a palavra, referindo: -----

“Uma vez que o grande problema é limpeza, eu achava que filmes, deixa lá ficar as telenovelas, e tratemos daquilo que é a limpeza, que é fundamental, que é a qualidade de vida dos que aqui vivem e dos que nos visitam. Que isso os filmes, eles próprios filmam, já está aí tanta gente a filmar. Olha, vou dizer uma coisa. Se a minha profissão fosse fotografo, eu vendia as máquinas. Toda a gente tira fotografias hoje, o que ganhava com isso. Já viste bem a concorrência que eu tinha? Vamos lá tratar da limpeza da terra, vamos preparar isso e estão num bom caminho, estão com ideias de melhorar, reformar, estão num bom caminho, têm o nosso apoio.”-----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia esclareceu: -----

“Só para complementar, só para dar mais informação da importância deste serviço. Se nós reconhecemos que a grande parte do problema é civismo e é também o comportamento das pessoas e dos restaurantes, ou seja, do comportamento, é preciso investir em campanhas de sensibilização, é preciso investir em informação. Agora, os membros, é verdade, só viram uma parte do trabalho porque ele ainda não chegou. Portanto, o que eu peço é que tenham um pouco de confiança e que esperem para ver antes de tirar conclusões”-----

O membro Filipe Nunes, da bancada da CDU, interveio mencionando: -----

“Eu não queria, mas vou dar o exemplo. Eu tenho seguros, somos oito funcionários, tenho cerca de nove mil clientes. Tenho uma pessoa que me trata de todas as redes sociais, de fazer vídeos, a publicações e tudo e mais uma coisa. Pago com IVA, 265,00 euros por mês.” -----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia de Freguesia encerrou a Sessão quando eram meia-noite e vinte sete minutos, desejando a todos uma boa noite e mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata, e depois de lida e aprovada fosse assinada por todos os Membros.-----

A Presidente da Assembleia de Freguesia

(Mara Luísa Bilro da Rosa)

O 1º Secretário da Assembleia de Freguesia

(Rui Miguel Soares Coelho)

ca
TR
R